“ANULAÇÃO DO LAUDO ARBITRAL NA SEDE DA ARBITRAGEM E
CONSEQÜÊNCIAS INTERNACIONAIS: VISÃO A PARTIR DO BRASIL”

Adriana Braghetta

Tese de Doutorado

Professor Orientador:Luiz Olavo Baptista

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

São Paulo

2008

JUSTIFICATIVA (INTRODUÇÃO)

O estudo da sede da arbitragem tem repercussão, do ponto jurídico e de acordo com a Convenção de Nova Iorque, para: (i) a definição da nacionalidade do laudo com reflexos na sua execução; (ii) a definição da competência do Judiciário que controlará o laudo via ação de anulação; (iii) a verificação de sua influência, de forma subsidiária, para a regularidade da validade da convenção arbitral; e (iv) a análise das disposições procedimentais imperativas da sede.

Do ponto de vista prático, colocam-se diversas outras questões, cuja análise não será objeto deste trabalho. A sede de arbitragem deve ter estrutura logística adequada para que os atos procedimentais, especialmente para que as audiências se realizem sem percalços, caso os atos não se realizem em outros locais. A estrutura compreende hotéis, locomoção, tradução, possibilidade de obtenção de vistos, serviços de degravação das audiências, entre outros. Por outro lado, também é indispensável a análise de eventuais limitações à atuação de árbitros ou advogados de outras nacionalidades que a da sede e repercussão na validade do laudo.

Geralmente, pois, são escolhidas como sede de arbitragem as cidades que desfrutam de uma moderna legislação arbitral, tenham ratificados os tratados internacionais sobre o tema e cujas decisões judiciais sejam compatíveis com a arbitragem, i.e., que propugnem pela autonomia da vontade das partes, pela validade da cláusula arbitral e pelo princípio da competência-competência. Quanto menor o grau de interferência do Judiciário nas chamadas *anti-suit injunctions* ou revisão indevida de laudos, melhor para a consolidação da reputação daquele país como local adequado para sediar arbitragens.

A sede tem, pois, uma grande importância prática para o desenvolvimento da arbitragem. Sua escolha, por outro lado, é muitas vezes negligenciada pelos advogados e partes no momento da redação da cláusula arbitral. O ideal é que, na discussão da cláusula compromissória, um advogado do local da sede seja consultado e informe sobre eventuais particularidades do seu país.

Por mais surpreendente que possa parecer, talvez seja a cidade de São Paulo, dependendo do interesse das partes, mais conveniente como sede que uma cidade americana, cujo Judiciário pode ser tentado a extrapolar os limites da Convenção de Nova Iorque e rever o laudo, valendo-se da escorregadia expressão “*manifest disregard of the law*”¹, ventilada em precedentes jurisprudenciais, tudo a demonstrar que a escolha de uma determinada sede deve ser precedida da análise cuidadosa das decisões judiciais sobre o controle do laudo arbitral.

Dentre as facetas acima elencadas, o cerne da presente tese é o papel da sede da arbitragem no controle do laudo arbitral.

De fato, em que pese o notável desenvolvimento da arbitragem mediante a harmonização permitida pela adoção (no todo ou em parte) da Lei Modelo da UNCITRAL e da ratificação da Convenção de Nova Iorque – esta última que, hoje, já conta com a participação de 142 países -, parte da comunidade internacional critica os efeitos internacionais da sentença anulatória do laudo proferida na sede, ou seja, parte da doutrina põe à prova o fato de a Convenção de Nova Iorque ter inserido, como um dos casos de não-reconhecimento, o fato de o laudo estar suspenso ou ter sido anulado na sede.

A crítica à redação da Convenção de Nova Iorque veio logo depois, com a Convenção Européia de 1961. Determina o texto europeu, de maneira clara, que o país receptor do laudo anulado só é obrigado a não reconhecê-lo se o motivo da anulação se referir a: (i)

---

¹ HANESSIAN, Grant. Comentário ao julgamento da Corte de Apelação de Illinois, Terceiro Distrito, julgado em 2004, caso nº 3-03-0563. Stockholm International Arbitration Review, 2005: 2, p. 323 e 325: “However, U.S. courts have held that grounds available under U.S. law, particularly ‘manifest disregard of the law’, may be used to vacate a ‘non-domestic’ award under the New York Convention when the award was rendered in, or under the law of, the United States. (...) Expanded use of nonstatutory grounds to set aside awards in the United States, as illustrated by this Sloan case, is a cause for concern, particularly where there is the possibility that such standards can be used to set aside international awards under Article V of the Convention”.

Um dado interessante é que, nas discussões da Lei Modelo da UNCITRAL, um termo semelhante – “manifest injustice” foi cogitado para fazer parte do rol de casos de anulação de laudo arbitral, mas a referida proposta não recebeu o apoio necessário para ser inserida na Lei Modelo pelo fato de o termo ser vago e amplo demais, bem como porque várias das hipóteses contempladas no seu artigo 34.2 já tratavam do assunto. In: HOLTZMANN, Howard; NEHAUS, Joseph. A Guide to The Model Law on International Commercial Arbitration: Legislative History and Commentary, Kluwer Law, Holanda, 1989, p. 913.

Pierre Mayer confirma que, em países anglo-saxões, a intervenção do Estado na arbitragem é bastante elevada. In: L’Autonomie de l’Arbitre International dans L’Appréciation de sa propre compétence. Recueil des Cours. Académie de Droit International, 1989, V, vol. 17, p. 347: “Dans le système de type anglo-américain, chaque défendeur a la possibilité d’interrompre l’instance arbitrale pour greffer une instance étatique, qui dans la plupart des pays est nécessairement longue (...)”.

incapacidade das partes, de acordo com a lei que se aplique a elas, ou invalidade da convenção arbitral; (ii) falta de notificação do procedimento arbitral; (iii) se o litígio não estiver contemplado na convenção arbitral e não for passível de separação do excedente e (iv) a composição do Tribunal Arbitral não tiver obedecido ao estipulado pelas partes ou, na ausência de tal acordo, de acordo com as disposições do artigo 4º do próprio tratado. Os motivos delineados do artigo IX da Convenção Européia de 1961² são, em linhas gerais, os quatro primeiros motivos que constam da Convenção de Nova Iorque, no artigo V.1.

Na década de 80, são julgados os *leading cases* Hilmarton e Chromalloy, nos quais o laudo anulado foi reconhecido na França e nos Estados Unidos da América.

É nesse período que se descobre o artigo VII.1 da Convenção de Nova Iorque, que traz no seu bojo o princípio da máxima eficácia, ou seja, aplica-se o tratado ou legislação nacional que seja mais favorável ao reconhecimento e execução do laudo:

"As disposições da presente Convenção não afetarão a validade de acordos multilaterais ou bilaterais relativos ao reconhecimento e à execução de sentenças arbitrais celebrados pelos Estados signatários nem privarão qualquer parte interessada de qualquer direito que ela possa ter de valer-se

---

² "Article IX. Setting aside of the arbitral award.
The setting aside in a Contracting State of an arbitral award covered by this Convention shall only constitute a ground for the refusal of recognition or enforcement in another Contracting State where such setting aside took place in a State in which, or under the law of which, the award has been made and for one of the following reasons:
(i) the parties to the arbitration agreement were under the law applicable to them, under some incapacity or the said agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of the country where the award was made, or
(ii) the party requesting the setting aside of the award was not given proper notice of the appointment of the arbitrator or of the arbitration proceedings or was otherwise unable to present his case; or
(iii) the award deals with a difference not contemplated by or not falling within the terms of the submission to arbitration, or it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration, provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, that part of the award which contains decisions on matters submitted to arbitration need not be set aside;
(iv) the composition of the arbitral authority or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties, or failing such agreement, with the provisions of Article IV of this Convention.
In relations between Contracting States that are also parties to the New York Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards of 10th June 1958, paragraph 1 of this Article limits the application of Article V (1) (e) of the New York Convention solely to the cases of setting aside set out under paragraph 1 above".

de uma sentença arbitral da maneira e na medida permitidas pela lei ou pelos tratados do país em que a sentença é invocada".

O artigo VII.1 da Convenção de Nova Iorque, aliado à tese defendida por alguns da "não-obrigatoriedade" de negar reconhecimento a laudos arbitrais previsto no *caput* do artigo V.1 da versão inglesa da Convenção de Nova Iorque³ - "*o reconhecimento e a execução de uma sentença poderão ser indeferidos*" - permitiram o surgimento do entendimento de que, mesmo havendo a anulação de laudos arbitrais no país sede da arbitragem, é possível buscar o seu reconhecimento em outros países.

Trata-se, simplesmente, como defendem alguns, de assumir o caráter internacional e absolutamente autônomo da arbitragem internacional, mesmo em uma fase pós-arbitragem (ou seja, no momento da execução forçada) e que tanta polêmica tem gerado.

O meu interesse pelo tema surgiu ao ler, há vários anos, um audacioso artigo de Philippe Fouchard que, ao resumir os trabalhos do congresso comemorativo dos 40 anos da Convenção de Nova Iorque de 1998, conclamava todos à quase supressão do papel da sede:

“Chargé par les organisateurs du Congrès de l’ICCA, tenu à Paris du 3 au 6 mai 1998, de suggérer les voies et moyens d’‘accroître l’efficacité internationale des sentences arbitrales’, l’auteur a d’abord constaté, en tirant les conclusions des travaux du Congrès, que cette efficacité pouvait encore être améliorée par la poursuite d’une évolution commencée avec la Convention de New York de 1958. Les réformes législatives et les décisions judiciaires récentes ont en effet consacré de nombreuses règles qui harmonisent et favorisent le régime de l’exécution internationale des sentences. Pour les progrès qu’il reste à accomplir, on propose parfois l’élaboration d’un nouvel instrument international. En vérité, une ‘révolution’ serait à la fois plus logique et plus simple à réaliser: il suffirait

---

³ Diferentemente da versão francesa.

de réduire le rôle de la loi et du siège de l'arbitrage, c'est-à-dire de cesser de considérer comme 'nationales' les sentences dont on veut assurer l'efficacité 'internationale'”⁴.

Encantei-me pelo assunto e com a possibilidade de poder contribuir, mediante o presente trabalho, para o tratamento do tema sob a ótica brasileira.

Proferido o laudo, o vencedor quer executá-lo o mais rapidamente possível; o perdedor, por outro lado, deseja um cuidadoso escrutínio, se dentro das hipóteses de anulação, bem como, nesse caso, que o laudo não seja conhecido em outros países.

A arte está em desvendar a sintonia fina entre agilidade na execução e eventual controle que a sociedade entenda razoável empreender. Contudo, cada Estado precisa bem sopesar as razões que devam levar ou não a algum controle do laudo arbitral. A Bélgica, por exemplo, experimentou, em 1985, a supressão total do controle do laudo internacional quando a sede lá se localizava, ficando tais laudos limitados ao controle no local da execução.

Não se quer permitir que o vencido use de expedientes unicamente protelatórios para impedir a execução do laudo. Por outro lado, o pressuposto de existência da arbitragem como método de solução de litígios é a sua eficiência e credibilidade, ou seja, que as decisões arbitrais sejam, de fato, boas decisões (esperam-se, inclusive, decisões melhores e mais aprofundadas que as decisões estatais), especialmente em razão da especialidade dos árbitros e da adequada remuneração que recebem para se dedicarem ao caso. Por isso, o jargão: “a qualidade da arbitragem vale pela qualidade do árbitro”.

Mas o que fazer em face de decisões arbitrais que mereçam ser anuladas?

A arbitragem está ancorada na autonomia da vontade das partes e tem como pressuposto de existência um enquadramento legal dando validade ao instituto. Por tratarem os litígios de direitos patrimoniais disponíveis – nos quais se permite até a renúncia de direitos –

---

⁴ FOUCHARD, Philippe. Suggestions pour accroître l'efficacité internationale des sentences arbitrales. Revue de L'Arbitrage, 1998, nº 4, p. 653-672.

poderíamos entender que a arbitragem internacional é absolutamente autônoma, ou seja, as partes assumiriam o risco total de uma decisão arbitral? Por que há controle na sede e qual sua repercussão internacional?

Outras questões são igualmente palpitantes e relevantes ao tema. O que fazer frente a anulações que levam em conta protecionismos e particularidades do local onde o laudo for proferido? Deve haver algum tipo de reação da comunidade internacional? O que representa maior insegurança jurídica, a anulação de laudos ou a própria desconconsideração da anulação proferida por um juízo estatal?

São essas, entre outras, as perguntas a que procurarei responder ao longo do presente trabalho.

ESTRUTURA

Dividi o trabalho em duas grandes partes: a primeira dedicada à visão global e comparativa do problema do laudo anulado e, a segunda, à análise da questão sob a ótica brasileira.

Grosso modo, na primeira parte abordarei noções preliminares ao estudo, como a natureza da arbitragem, a razão da existência de algum controle sobre a atuação do árbitro e como a expressão “local de proferimento” deve ser entendida. Em seguida, tratarei da coordenação do sistema de controle concebido pelos tratados globais, Lei Modelo e algumas legislações, analisando, no detalhe, os trabalhos preparatórios da Convenção de Genebra de 1927, Nova Iorque de 1958, Convenção Européia de 1961 e da própria Lei Modelo.

Em continuação, analisarei os principais julgados estatais que conduziram à anulação do laudo e a recepção – ou não – dos laudos anulados em outras jurisdições. Dessas decisões, duas grandes correntes doutrinárias surgiram: uma chamada de teoria da deslocalização ou autonomista, impulsionada fortemente por parte da doutrina francesa, e outra, mais moderada e adotada pelos ingleses, chamada de territorialista, defendendo a conveniência e importância do controle na sede.

Enfim, passarei pelas propostas de melhoria do sistema de controle; pela análise da repercussão, nos conceitos clássicos de arbitragem, de procedimentos arbitrais integralmente transcorridos via *internet*; para expor, no final da primeira parte, a minha visão sobre o tema do controle do laudo arbitral na sede e seus efeitos internacionais.

Na segunda parte do trabalho, analisarei, brevemente, o histórico do quadro legislativo brasileiro; a forma de controle adotada pela Lei 9.307/96, tanto quanto ao laudo proferido no Brasil quanto àquele proferido no estrangeiro, bem como o conturbado quadro convencional brasileiro decorrente da “poligamia” de tratados internacionais ratificados pelo Brasil sobre reconhecimento e execução de laudos internacionais/estrangeiros no âmbito global, interamericano e do Mercosul. Analisarei, assim, o relacionamento entre os diversos tratados e o relacionamento entre os tratados e a lei brasileira, apresentando um

quadro claro de controle. Finalmente, já tendo analisado o que circunda a questão, procurarei traçar os contornos da matéria sob o ângulo brasileiro, tanto para laudos proferidos no Brasil e que procurarão ser reconhecidos no estrangeiro, como o inverso, procurando demonstrar qual a postura ideal que se espera do STJ sobre laudos vindos do estrangeiro.

O Brasil, de fato, apresenta uma situação interessante na medida em que a lei brasileira é quase que uma cópia da Convenção de Nova Iorque. Ainda que a lei brasileira contenha praticamente as mesmas hipóteses de não-reconhecimento do laudo estrangeiro que aquelas previstas em Nova Iorque, é possível que o STJ interprete diferentemente seus incisos.

Por outro lado, as hipóteses previstas no artigo 32 da Lei 9.307/96 para anular o laudo nacional estão - até certo ponto, como veremos em detalhe -, harmonizadas com os quatro primeiros incisos do artigo V(1) da Convenção de Nova Iorque, o que, para parte da doutrina, representa um controle razoável, diferentemente do que ocorre em outros países.

RESUMO

A tese analisa o papel da sede da arbitragem no controle do laudo arbitral e como o país receptor de um laudo anulado deve reagir a um pedido de reconhecimento desse laudo anulado. O estudo passa pela: (i) discussão da necessidade de existência de algum controle, (ii) pela análise dos principais tratados internacionais e seus trabalhos preparatórios – Convenção genebrina de 1927, Convenção de Nova Iorque de 1958 e Convenção Européia de 1961 - , (iii) pelas sugestões de melhoria do sistema de controle global, (iv) pelos principais julgados envolvendo a questão e (v) pela doutrina que se biparte entre autonomista, favorável à teoria da deslocalização, i.e, que o controle não deveria ser feito na sede e somente no local da execução, a teoria territorialista defendendo o controle na sede.

Posteriormente, analisa-se a questão sob a ótica brasileira, tanto se a sede for no País ou se o laudo for proferido no exterior, apresentando um quadro claro de vários tratados ratificados pelo Brasil nos âmbitos mundial, interamericano e do Mercosul.

O trabalho conclui que: (i) há uma tendência de diminuição do papel da sede da arbitragem, (ii) contudo, não existe, atualmente, nenhuma forma mais harmônica e eficaz de controle que aquela exercida pela sede e (iii) que a teoria territorialista é majoritariamente aceita.

Sob a ótica brasileira, se a lei de arbitragem vier a ser reformada, defende-se sua alteração à semelhança da Convenção Européia de 1961, restringindo ainda mais o papel da sede. Mas até lá, se anulado o laudo na sede, o Brasil não deve, em princípio, reconhecê-lo, por força tanto da Convenção de Nova Iorque, quanto da do Panamá ou de sua legislação interna, salvo se a sentença anulatória violar a ordem pública brasileira.

Palavras-chave: arbitragem, sede da arbitragem, controle, deslocalização, conflito de tratados, Convenção de Nova Iorque, Convenção Européia de 1961

SUMMARY

The thesis analyzes the role that the place of the arbitration plays in the control of the arbitration award. The analysis addresses: (i) discussion of the need for some type of control, (ii) analysis of the main international treaties and their preparatory work—Geneva Convention of the 1927, New York Convention of 1958 and European Convention of 1961, (iii) suggestions to improve the global control system, (iv) the main judicial awards involving the matter and (v) doctrine, split into the autonomist, which favors the principle of delocalization, i.e. that the control should not be centralized on the place of arbitration and only on the place where the arbitral award will be enforced, and the doctrine based on the territorial principle, which sustains the control at the place of arbitration.

The thesis then passes on to the analysis under the Brazilian approach, both if the place of arbitration is in Brazil or when the arbitration is awarded abroad, presenting a clear chart of several treaties ratified by Brazil on the global, interamerican and Mercosul levels.

The work concludes that: (i) there is a tendency of mitigation of the role of the place of arbitration, (ii) not existing, however, currently, no form that is more harmonious and efficient than that which is played by the place of arbitration and (iii) that the territorial principle is more broadly accepted.

Under the Brazilian viewpoint, if the arbitration law should be changed, its review similar to the European Convention of 1961 is supported, to further restrict the role of the venue. But until then, if the award granted at the venue is cancelled, Brazil should not, in principle, recognize it pursuant to the New York Convention, the Panama Convention or its internal law, except if the cancellation ruling violates the Brazilian legal system.

Key words: arbitration, place of arbitration, control, delocalization, conflict of treaties, New York Convention, European Convention of 1961

RÉSUMÉ

La thèse analyse le rôle que joue le siège de l'arbitrage dans le contrôle de la sentence arbitrale. L'étude comprend : (i) une discussion sur la nécessité de l'existence d'un contrôle, même formel, (ii) l'analyse des principaux traités internationaux ainsi que les travaux préparatoires – la convention genevoise de 1927, la Convention de New York de 1958 et la Convention Européenne de 1961, (iii) des suggestions pour l'amélioration du système de contrôle global, (iv) les principales décisions concernant cette question, et (v) la doctrine qui se divise entre les autonomistes favorables à la théorie de la délocalisation, selon laquelle le contrôle ne devrait pas être effectué au siège, mais sur le lieu de l'exécution, et la théorie du territoire, selon laquelle le contrôle doit être fait au siège.

Ensuite, la question est analysée dans l'optique brésilienne, que la sentence soit prononcée dans le pays ou à l'étranger, et présente un ensemble clair des différents traités ratifiés par le Brésil dans les domaines mondial, interaméricain et du Mercosud.

La conclusion de cet étude : (i) démontre que le rôle que joue le siège d'arbitrage tend à diminuer, (ii) cependant, il n'existe actuellement aucune forme de contrôle plus harmonieuse et efficace que celle qui est exercée par le siège, et (iii) démontre que la théorie du territoire l'emporte.

Du point de vue brésilien, si la loi d'arbitrage vient à être modifiée, on prétend la modifiée d'après la Convention Européenne de 1961, qui restreint encore davantage le rôle du siège. Mais en attendant, si la sentence prononcée au siège vient à être annulée, dans un premier moment, le Brésil ne devra pas la reconnaître, à cause de la Convention de New York et de celle du Panama ou de sa législation interne, à moins que la sentence d'annulation soit contraire à l'ordre public brésilien.

Mots-clé : arbitrage, siège de l'arbitrage, contrôle, délocalisation, conflit des traités, Convention de New York, Convention Européenne de 1961

CONCLUSÃO

A partir do fim da Guerra Fria, fomos jogados em uma nova era de relações comerciais: houve o surgimento de empresas transnacionais por vezes mais fortes que os Estados⁵, com etapas de produção subdivididas em diferentes países; vimos surgir, com a *internet*, a possibilidade de circulação da informação de maneira democrática e quase que instantânea pelo mundo, sem possibilidade de censura pelo Estado, aliada a uma forte mudança de hábitos com a aquisição de produtos em qualquer outra parte do nosso país ou do mundo sem sairmos de casa, com um simples apertar de um clique. Enfim, vivenciamos um mundo extremamente dinâmico, cujas relações comerciais estão cada vez mais globalizadas e complexas.

Até a década de 80, o desenvolvimento da arbitragem estava, *grosso modo*, limitado à Europa e América do Norte. Hoje, neste ambiente mundializado, praticamente todos os países se valem da arbitragem como o mecanismo natural e eficiente para o comércio internacional, sobretudo se comparada às estruturas formais, morosas e pouco especializadas dos Tribunais Estaduais.

Nessa nova era, a comunidade internacional arbitral já evolui de forma quase que independente dos Estados. Regras das principais instituições internacionais (CCI, AAA e LCIA) e nacionais, regras de conduta (como as da IBA), novas Câmaras e uma infinidade de congressos ao redor do mundo servem para discutir as inúmeras facetas de um procedimento que congrega partes, advogados e árbitros das mais diferentes nacionalidades e culturas jurídicas.

---

⁵ BAPTISTA, Luiz Olavo. Empresa Transnacional e Direito. São Paulo, Editora RT, 1987, p. 25 em diante.

Apesar de todo esse desenvolvimento *a latere* do Estado, toda vez em que há a necessidade do cumprimento forçado de um laudo arbitral, evidencia-se a importância de um sistema de seu controle.

Vimos, no início deste trabalho, que, para a eficiência da arbitragem como método de solução de disputas utilizado em larga escala, algum controle é necessário, nem que seja um mínimo controle da existência da convenção arbitral, sob pena de o mecanismo cair em descrédito e ser utilizado, indevidamente, para escamotear fraudes.

Pela falta de um controle supranacional, a sede (local de proferimento) foi escolhida, desde a Convenção de Genebra de 1927, para exercer o controle primário do laudo, seguido por um controle secundário no local da execução. A concepção no início do século XX era fortemente territorialista, já que a sede exercia não só seu papel no controle do laudo, mas também tinha implicações no procedimento e lei aplicável.

Apesar de a Convenção de Nova Iorque de 1958 ter trazido diversas melhorias na circulação dos laudos estrangeiros (por exemplo, eliminando o duplo *exequatur*), a verdade é que manteve o sistema da Convenção Genebrina de 1927 do controle primário do laudo na sede, sem tratar das condições da própria anulação realizada em cada Estado.

O texto final da Convenção havia partido do Projeto CCI que, de maneira ousada para a época, sugeria o tratamento do “laudo internacional” desvinculado das leis nacionais. Em que pese essa visão revolucionária ter sido rechaçada nos trabalhos preparatórios - já que a Convenção acabou por tratar de laudos estrangeiros - , o próprio projeto CCI ainda dava primazia absoluta ao controle na sede. Em consequência: se anulado na sede ou no país cuja lei tivesse sido aplicada, o laudo não produziria efeitos em nenhum outro país.

A mudança de paradigma ocorreu em 1961, com a abrangente Convenção Européia que trata de todo o procedimento arbitral e que teve como intuito eliminar disparidades entre a Europa do Leste e a do Oeste. A Convenção Européia, pela primeira vez, eliminou os efeitos absolutos da anulação da sede.

Na verdade, como vimos nos seus trabalhos preparatórios, os países não aceitaram regular, no texto convencional, os motivos pelos quais cada país poderia anular o laudo. A opção

foi mudar a redação, eliminando os efeitos absolutos da anulação. Dessa forma, só têm efeitos internacionais os laudos que tiverem sido anulados com base nos quatro primeiros motivos do artigo IX, equivalentes aos quatro primeiros motivos do artigo V.1 da Convenção de Nova Iorque. O controle primário na sede continuou a ser importante; agora, todavia, não absoluto para os países signatários da Convenção Européia.

Apesar de, ao tempo da discussão da Lei Modelo, o tema da deslocalização já ter sido aventado desde 61 e na doutrina, não houve consenso nos avanços que poderiam ser feitos para diminuir o papel da sede na década de 80. E, não obstante a Lei Modelo ter sido muito útil para uniformizar os critérios de anulação com os critérios de não-reconhecimento, ainda optou por fundamentar-se na territorialidade da arbitragem.

Com a proliferação da utilização da arbitragem, vimos surgir demonstrações de controles primários abusivos, como o feito pelos Tribunais de Dubai no caso Bechtel. A reação a esse tipo de atitude foi o fortalecimento da doutrina em favor da autonomia absoluta da arbitragem internacional de qualquer legislação nacional, deixando o controle unicamente no local da execução.

Lembremos que o problema do laudo anulado não teve relevância jurídica até a década de 80, mas, quando a arbitragem começa a ser utilizada em escala global, as “particularidades” das jurisdições estatais aparecem.

Duas categorias distintas se encontram nessas “particularidades”: (i) lamentavelmente, o Judiciário parcial que interfere na arbitragem ou anula um laudo para proteger o próprio Estado ou um particular e (ii) um Estado que tenha concepções mais intervencionistas sobre o grau de controle que deva ser exercido pelo Judiciário da sede, na esteira (parcial ou total) do pensamento de Mann no sentido de que o contrato e a arbitragem estão intrinsecamente vinculados a um sistema jurídico nacional.

Como analisado, os países do *common-law* tendem a permitir a revisão do laudo para reparar uma “injustiça”, o que é absolutamente teratológico para a maioria, senão todos, os países do *civil-law*. Todavia, tal posição é justificável para alguns países, na medida em que privilegiam a busca da aplicação sistemática e previsível do direito – bem como revisão de supostas injustiças - em detrimento da *finality*.

Examinamos, então, o controle concebido por França, Bélgica e Suíça, países com notoriedade no tema da arbitragem. Em que pese a França ser uma ótima opção como sede, no que toca ao reconhecimento ela rompeu com os demais países ao desprezar o controle primário exercido em outras sedes. Não obstante estar a França em linha com o artigo VII.1 da Convenção de Nova Iorque, se a posição francesa se popularizar, não haverá nenhuma coordenação no sistema de controle⁶, já que não há um Tribunal supranacional ou outra forma de controle centralizado.

A Bélgica, no afã de tentar atrair arbitragens internacionais para o seu território, com a eliminação da ação de anulação, acabou por demonstrar que o controle primário é de interesse da comunidade empresarial, na medida em que foi restabelecido em 1998.

A Suíça, no meu modo de ver, foi o país que melhor utilizou o binômio originalidade e coordenação: o controle de um laudo proferido no seu território será mínimo, mas haverá respeito à coordenação do sistema preconizado pela Convenção de Nova Iorque. Acredito que ambas as características respondem aos atuais anseios da sociedade internacional.

O que se viu é que, por mais que a prática da arbitragem seja o método normal de solução de litígios da *lex mercatoria*, por mais que seja um vetor de convergência cultural ou que esteja muitas vezes à frente das legislações locais, verdade é que ainda não surgiu a possibilidade de implantação de um sistema de controle do laudo arbitral mais eficiente que o controle primário na sede.

O sistema de controle na sede, apesar de imperfeito, é extremamente útil e deve ser respeitado, salvo três exceções: se estivermos no âmbito da Convenção Européia de 61, se as condições de reconhecimento forem mais benéficas que as de Nova Iorque (porque assim previsto no próprio sistema) ou se a sentença anulatória violar a ordem pública do país receptor.

O respeito à decisão da sede também decorre do respeito à decisão das partes de terem escolhido (ou de terem tido a possibilidade de escolher) aquele país como sede e, pois, a

---

⁶ LEURENT, Bruno. Reflections on the International Effectiveness of Arbitration Awards. Arbitration International, vol. 12, nº 3, 1996, p. 282.

forma de controle estatal lá estabelecida. Dois graves problemas adviriam do desrespeito à decisão da sede: a possibilidade da existência de um 2º laudo e, pois, a falência de um sistema de controle, e a necessidade de o autor da ação da anulação ter que ainda se defender em diversos outros Judiciários onde a parte contrária vier a buscar o reconhecimento do laudo anulado.

Em adição, entendo que o principal problema que justifica a teoria da deslocalização – o controle tendencioso por um Judiciário parcial – pode ser superado pela escolha de uma sede correta. Com a velocidade das informações e o acompanhamento da comunidade internacional da atuação dos Judiciários de cada Estado, o Estado cujo Judiciário atuar indevidamente, protegendo um nacional, ou equivocadamente, por desconhecer o instituto da arbitragem internacional, estará eliminando a possibilidade de suas cidades serem escolhidas como sede no cenário internacional ou, no mínimo, impactando no preço do negócio em desfavor de seu nacional ante o inegável conteúdo econômico da cláusula arbitral.

E mais: há uma diferença entre harmonia nas condições de anulação e harmonia no controle.

Devemos respeitar as diferenças nas condições de anulação decorrentes de diversos sistemas – até que se atinja uma desejada harmonia – primando, neste momento, pela harmonia no controle, ou seja, o respeito à decisão da sede.

Concluindo:

- há, de fato, uma tendência de diminuição do papel da sede da arbitragem;
- todavia, nenhuma forma mais harmônica e eficaz de controle foi concebida que aquela exercida pela sede;
- a teoria territorialista é majoritariamente aceita e inegável o efeito jurídico daí decorrente⁷.
- a real necessidade de deslocalização, ou seja, necessidade de desconsideração do que decidido pela sede, é pequena, como mencionado

---

⁷ BECHET, S. Le Lieu de L'Arbitrage. Revue de Droit International et de Droit Comparé, 1o. trimestre, 2007, p. 77.

pelo próprio Jan Paulsson⁸, o que corrobora, ainda mais, a posição aqui defendida de que não se justifica a quebra do sistema do efeito internacional da sentença anulatória.

Transportando a análise da questão do controle para o cenário brasileiro, vimos, de início, que houve uma desordenada ratificação de tratados no campo da arbitragem, tendo todos eles o interesse de facilitar a circulação de laudos.

Na análise de eventual concorrência de tratados, o primeiro norte interpretativo é a cláusula de compatibilidade geralmente existente nos tratados. Em seguida, o princípio da máxima eficácia, de modo que sempre prevalecerá o tratado mais benéfico ao reconhecimento do laudo. Nesse sentido, do confronto de todos os tratados ratificados pelo Brasil, sempre será utilizada a Convenção de Nova Iorque ou a do Panamá. A lei brasileira prevalecerá, se mais benéfica ao reconhecimento que ambas as Convenções acima mencionadas.

Clarificado o quadro de controle hoje existente no Brasil, provado restou que é útil, para o controle, uma diferenciação entre arbitragem internacional e nacional, seja na própria legislação brasileira, seja pelo Judiciário.

Se a lei brasileira vier a ser reformada, defendo que podemos ainda melhorar a já preeminente posição brasileira no cenário internacional, limitando os efeitos da anulação do laudo à semelhança da Convenção Européia de 1961. Mas, até lá, se anulado o laudo na sede, o Brasil não deve, em princípio, reconhecê-lo, por força tanto da Convenção de Nova Iorque, quanto da do Panamá ou de sua legislação interna, salvo se a sentença anulatória violar a ordem pública brasileira.

Quando a sede for no Brasil, é essencial que o Judiciário Brasileiro reconheça a internacionalidade da questão. Se o laudo não for executado no Brasil, é irrelevante se o litígio é inarbitrável ou viola a ordem pública sob a ótica brasileira e tais motivos não devem justificar a anulação. Se a arbitragem for internacional e o laudo executado no

---

⁸ PAULSSON, Jan. The extent of independence of international arbitration from the law of the situs. In: LEW, Julian D.M. Contemporary Problems in International Arbitration. Edited by Julian D. M. Lew, Martin Nijhoff Publishers, Queen Mary College University of London, Centre for Commercial Law Studies, 1987, p. 141 e 148.

Brasil, o pedido de anulação deve ser analisado sob a ótica da ordem pública internacional, ainda que de difícil conceituação.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS (obras gerais e dissertações/teses publicadas)

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. Ordenações Filipinas: Ordenações e leis do Reino de Portugal Recopiladas por mandato d'el Rei D. Felipe, o Primeiro. São Paulo, Editora Saraiva, 1966, v.3.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Dos Contratos Internacionais. Uma Visão Teórica e Prática, São Paulo, Saraiva, 1994.

_____. Empresa Transnacional e Direito. São Paulo, Editora RT, 1987.

BATTIFOL, Henri. Aspects Philosophiques du droit international privé. Dalloz, Paris, 1956 (reimpressão em 2002).

BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado por Clóvis Beviláqua. 6.ed. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Francisco Alves, 1943. V.4.

BLACKABY, Nigel; LINDSEY, David; SPINILLO, Alessandro. International Arbitration in Latin America. Kluwer Law International, 2002, Holanda.

BOISSESSON, Mathieu. Le droit Français de L'Arbitrage Commercial. Paris, Joly, 1990.

BOLÉE, Sylvain. Les methods du droit international privé à l'épreuve des sentences arbitrales. Economica, Paris, 2004.

BROWN AMES, Herbert. Seven Years with the League of Nations. Henry Ward Beecher Foundation Lectures, 1927.

BUSTAMANTE y SIRVEN, Antonio Sanchez de. Derecho Internacional Privado. Habana, Carasa y Cia., 1931. Tomo II e III.

CABRA, Marco Gerardo Monroy. Derecho de los Tratados. Bogotá, Colombia, Editora Temis, 1978.

CARMONA, Carlos Alberto. A Arbitragem no Processo Civil Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 1993.

_____. Arbitragem e Processo: Um comentário à Lei 9.307/96. São Paulo, Editora Atlas, 2ª. Edição, 2004.

CARREIRA ALVIM. Tratado Geral de Arbitragem. Editora Mandamentos, Belo Horizonte, 2000.

CASTRO, Amílcar de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1956. Biblioteca Central da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, DBC/Q12-12-21.

CLAY, Thomaz. L'Arbitre. Dalloz, 2001.

COE Jr., Jack J. International Commercial Arbitration: American Principles and Practice in a Global Context. Transnational Publishers Inc, 1997, Nova Iorque.

DAVID, René. L'Arbitrage dans le Commerce International. Economica, Paris, 1982.

DI PIETRO, Domenico; PLATTE, Martin. Enforcement of International Arbitral Awards. The New York Convention of 1958. Cameron May, 2001, Londres.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Arbitragem, Jurisdição e Execução. Análise crítica da Lei 9.307 de 23.9.1996. 2.ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1999.

FOUCHARD, Philippe. L'Arbitrage Commercial International. Paris, Dalloz, 1965.

_____; GAILLARD, E.; GOLDMAN B. Traité de l'arbitrage commercial international. France, Editions Litec, 1996.

GAJA, Giorgio. International Commercial Arbitration, New York Convention. Oceana Publication, Inc, 1996.

GHARAVI, Hamid G. The international effectiveness of the Annulment of an Arbitral Award. Holanda, Kluwer Law International, 2002.

GUINCHARD, Serge. Code de Procédure Civile 1993-1994. 7.ed. Litec, 1993. Biblioteca do Departamento de Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 347.9(44)(094.4)^F 881c^DPC.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Fundamento da Arbitragem no Comércio Internacional. São Paulo, Ed. Saraiva, 1993.

HAIGHT, G.W. Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards. Summary Analysis of Record of United Nations Conference, United Nations Economic and Social Council, 1958, p.63 e 64. Localização: Universidade Columbia, Nova Iorque, JX 6279 Un 322.

HASHER, Dominique. Principles et Pratique de Procédure dans L'Arbitrage Commercial International. Recueil des Cours, Académie de Droit International de la Haye, Martinus Nijhoff Publishers Hague, Boston, London, 2000.

_____. Enforcement of Arbitral Awards – the New York, Panama and Montevideo Conventions. International Commercial Arbitration in Latin American, ICC Special Supplement, 1997, Paris, p. 107 – 112.

HOLTZMANN, Howard; NEUHAUS, Joseph. A Guide to the UNCITRAL Model Law on International Commercial Arbitration: Legislative History and Commentary. Kluwer, Holanda, 1989.

HUCK, Hermes Marcelo. Sentença estrangeira e Lex Mercatoria. Horizontes e Fronteiras do Comércio Internacional. Tese apresentada para o concurso de Livre Docente de Direito Internacional do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP, 1991, Departamento Direito Internacional da USP.

KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle ; SCHULTZ, Thomas. Online Dispute Resolution. Kluwer, Haia, 2004.

KERR JR., John J.; HARPER, Conrad K; THOMAS, Peter C.; SMIT, Robert; FUERSTMAN, Elizabeth. Comparison of International Arbitration Rules. Juris Publishing, 2002.

LEE, João Bosco. Arbitragem Comercial Internacional nos Países do Mercosul. Editora Juruá, 2002.

LEMES, Selma. Arbitragem na Administração Pública. Fundamentos Jurídicos e Eficiência Econômica. Editora Quartier Latin, São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, José Carlos de; BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem Comercial. Rio de Janeiro, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1986.

MAJOROS, Ferenc. Les Conventions Internationales en matière de Droit Privé. Pedone, Paris, vol. I, 1976.

MEDINA, Jose Maria; MERCHAN, Jose Fernando Merino. Tratado de Arbitraje Privado Interno e Internacional. Editora Civitas, Madrid, 1991.

MERCANDANTE, Araminta de Azevedo. Contribuição ao Estudo da Arbitragem Comercial Internacional: “A Convenção Arbitral”. Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ano ignorado, 341.63:382 (043) M523c, DIN.

MOTULSKY, Henri. Études et Notes sur L’Arbitrage. Paris, Dalloz, 1974.

OPPETIT, Bruno. Théorie de L’Arbitrage, Presses Universitaires de France, Paris, 1998.

OTTLIK, Georges. Annuaire de la Soliciété des Nations (1920-1927). Geneva Publishing Co., Genebra

POUDRET, Jean-François; BESSON, Sébastien. Droit Comparé de L’Arbitrage International. L.G.D.J, Schulthess, 2002.

RACINE, Jean-Baptiste. L’Arbitrage Commercial International et L’Ordre Public. Paris, L.G.D.J., 1999.

REDFERN, Alan; HUNTER, Martin; com participação de SMITH, Murray. Droit et Pratique de l'Arbitrage Commercial International. L.G.D.J., Paris, 1994.

_____; _____; BLACKABY, N; PARTASIDES, C. Law and Practice of International Commercial Arbitration, Kluwer Law International, 2004.

REISMAN, Michael. Systems of Control in International Adjudication and Arbitration. Breakdown and repair. Duke University Press, Durban e Londres, 1992.

RESEK, José Francisco. Direito dos Tratados. Forense, Rio de Janeiro, 1984.

RICCI, Edoardo Flavio. Lei de Arbitragem Brasileira. Oito anos de reflexão. Questões polêmicas. São Paulo, Editora RT, 2004.

ROBERT, Jean. L'Arbitrage. Dalloz, Paris, 6ª. Edição, 1993.

ROQUE, Sebastião José, Arbitragem a solução viável. São Paulo, Editora Ícone, 1997.

SAMTLEBEN, Jürgen. Derecho Internacional Privado en América Latina. Trad. de Carlos Bueno-Guzmán. Buenos Aires, Ediciones Depalma, 1983. V.1.

SAMUEL, Adam. Jurisdictional Problems in International Commercial Arbitration: A Study of Belgian, Dutch, English, French, Swedish, Swiss, U.S and West German Law. Schulthess Polygraphister Verlag Zürich, 1989.

SANDERS, Pieter. Quo Vadis Arbitration? Sixty years of Arbitration Practice. Kluwer Law International, 1999, Haia.

_____. The work of UNCITRAL on Arbitration and Conciliation. Kluwer Law International, 2004, Haia, Londres, Nova Iorque.

SAMTLEBEN, Jürgen. Derecho Internacional Privado en América Latina. Trad. de Carlos Bueno-Guzmán. Buenos Aires, Ediciones Depalma, 1983. V.1.

STRENGER, Irineu. Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo, Editora LTR, 1996.

_____. Comentários à Lei Brasileira de Arbitragem. São Paulo, Editora LTR, 1998.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Código de Processo Civil Anotado. 3.ed. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1986.

VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. Poder Judiciário e Sentença Arbitral. Curitiba, Editora Juruá, 2002.

VALLADÃO, Haroldo. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1978.

VAN DEN BERG, Albert Jan. The New York Arbitration Convention of 1958. Kluwer, Haia, 1981.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS e COLETÂNEAS ESPECIAIS

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. 2.ed., São Paulo, Ed. Saraiva, 1953.

AGUILAR ALVAREZ, Guillermo. To What Extent Do Arbitrators in International Cases Disregard the *Bag and Baggage* of National Systems? ICCA Congress Series (Seul, 1996) nº 8, p. 139-156.

AHL, Philip W. Enforcement of Foreign Arbitral Awards Set Aside in their Country of Origin – the Chromalloy Case Revisited. Journal of International Arbitration, vol. 16, nº 4, 1999, p. 131– 140.

ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim. O Direito dos Tratados na Constituição. In: DOLINGER, Jacob, coord. A Nova Constituição e o Direito Internacional. Rio Grande do Sul, Livraria Freitas Bastos, 1987.

ARAUJO, Nadia et al. A Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, in Integração Jurídica Interamericana – As Convenções

Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPs) e o Direito Brasileiro. São Paulo, Editora LTR, 1998.

_____; SOUZA Jr., Lauro da Gama. A Arbitragem Internacional nos Contextos Interamericano e Brasileiro. Revista Brasileira de Arbitragem. Nº Especial de Lançamento, jul-out 2003, p. 69-90.

ARFAZEDEH, Homayoon. New perspectives in South East Asia and Delocalised Arbitration in Kuala Lumpur. Journal of International Arbitration, vol. 8, nº 4, 1991, p. 103 – 122.

AVANASSIAN, Aida B. The New York Convention and Denationalised Arbitral Awards: (With Emphasis on the Iran-United States Claims Tribunal). Journal of International Arbitration, vol. 8, nº 1, 1991, p. 5 – 30.

AZEVEDO, Álvaro Villça. Arbitragem. Revista dos Tribunais, v.753, p.11-23, 1998.

BAPTISTA, Luiz Olavo. A Arbitragem e “Joint Venture” Internacionais. Revista de Direito Público, 1981, julho a dezembro, p. 321 – 328.

_____. O direito estrangeiro nos tribunais brasileiros. Revista Forense, vol. 355, p. 89 a 99.

_____. Contratos internacionais. Revista Forense, vol. 270, 1980, p. 87 a 100.

_____. Sistemas para Solução de Divergências nas Instituições de Integração do Mercosul. In: Solução e Prevenção de Litígios Internacionais. MERCANDANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de (coord.). Porto Alegre, 1999, vol. II, Editora Livraria do Advogado, p. 435-468.

_____; LATORRE, Milton. Observações práticas sobre a homologação de sentenças e de laudos arbitrais estrangeiros no Brasil. Revista Forense, vol. 276, 1981, p. 311 a 317.

BARBI FILHO, Celso. Cumprimento Judicial de Cláusula Compromissória na Lei 9.307/96 e outras Intervenções do Judiciário na Arbitragem Privada. Revista dos Tribunais, v.749, p.104-123, 1998.

BARRAL, Welber. Arbitragem e Jurisdição. In: Solução e Prevenção de Litígios Internacionais. MERCANDANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de (coord.). Porto Alegre, 1999, vol. II, Editora Livraria do Advogado, p. 237 - 247.

BASSO, Maristela. Lei Nova Revitaliza a Arbitragem no Brasil como Método Alternativo-Extrajudicial de Solução de Conflitos de Interesses. Revista dos Tribunais, v.733, p.11-23, 1996.

BALLANTYNE, W.M. Arbitration in the Gulf States: “Delocalisation: A short comparative study. Arab Law Quarterly, vol. 1, nº 2, fevereiro de 1986, p. 205-215.

BALL, Markham. The Essential Judge: the Role of the Courts in a System of National and International Commercial Arbitration. Arbitration International, v. 22, nº 1 (2006), p. 74-93.

BATTIFOL, M. Henri. L’Arbitrage et les conflits de lois. Revue de L’Arbitrage, 1957, p. 110 – 112.

BAXTER. Ian F. G. International Conflict of Laws and International Business. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 34, nº 3 (julho de 1985), p. 538-562.

BECHET, S. Le Lieu de L’Arbitrage. Revue de Droit International et de Droit Comparé, 1o. trimestre, 2007, p. 36 – 104.

BENJAMIN, Peter. The work of the Economic Commission for Europe in the Field of International Commercial Arbitration. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 7, 1958, p. 22 – 30.

_____. The European Convention on International Commercial Arbitration. The British Yearbook of the International Law 1961, p. 478 – 495.

BERNINI, Giorgio. The Enforcement of Foreign Arbitral Awards by National Judiciaries: A Trial of the New York Convention’s ambit and workability. The

Art of Arbitration. Essays on International Arbitration Liber Amicorum Pieter Sanders. Editores, SCHULTZ, Jan C., BERG, Albert Jan Van, Kluwer law and Taxation Publishers, 1982, Deventer, Holanda, p. 51 – 61.

BEVILÁQUA, Clóvis. Parecer do Dr. Clóvis Beviláqua. Pandectas Brasileiras, v.2, 2^a parte, p.458/459, 1927.

BLESSING, Marc. Globalisation (and Harmonisation?) of Arbitration. Journal of International Arbitration, vol. 9, nº 1, 1992, p. 79 – 90.

_____. Globalisation and Harmonisation. In: BERTI, STHEPEN V. (editor). International Arbitration in Switzerland, Helbing & Lichtenhahn e Kluwer Law International, Haia, 2000, p. 8 a 303.

BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz. The Internationalisation of International Arbitration: Looking Ahead to the Next Ten Years. The Internationalisation of International Arbitration: The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 71-83.

BOISSÉSON, Matthieu de. Enforcement in Action: Harmonization Versus Unification. ICCA Congress Series nº 9 (Paris/1999), p. 593-600.

BRAGHETTA, Adriana. A importância da sede da arbitragem. In: Arbitragem. Estudos em Homenagem ao Prof. Guido Fernando da Silva Soares, In Memoriam. LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto; MARTINS, Pedro Batista; coord. Editora Atlas, São Paulo, 2007, p. 18 a 32.

_____. Comentário ao caso Termorio S.A E.S.P. e Lease Group, LLC v. Electranta S.P., et. Al de 25 de maio de 2007. Revista Brasileira de Arbitragem, vol. 15, p. 216-236.

BRINER, Robert. Philosophy and objectives of the Convention. In: Enforcing Arbitration Awards under the New York Convention: Experience and Prospect, 1998. UNITED NATIONS PUBLICATION, Sales No. E.99.V.2, ISBN 92-1-133609-0.

_____. Switzerland. International Handbook on Commercial Arbitration, suplemento 27, outubro de 1998.

BROCHES, Aron (rapporteur); BERNINI, Giorgio (chairman). Recourse against the Award: Recognition and Enforcement of the Award (Report). ICCA Congress Series (Lausanne, 1992), p. 201-231.

BRUNS, Rudolf; MOTULSKY, Henri. Tendances et perspectives de L'Arbitrage International (a propos de la réforme de la Convention de Genève de 1927). Revue Internationale de Droit Comparé, 1957, p. 717 – 727.

CAIVANO, Roque J. Reconocimiento y Ejecución de Laudos Arbitrales Extranjeros. In: Adriana Noemi, coord. Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo, Editora LTR, 1998. P.138-187.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Aspectos processuais da nova lei de arbitragem. In : CASELLA, Paulo Borba, coord. Arbitragem : lei brasileira e praxe internacional. São Paulo, Ed. LTR, 1997, p. 131 - 156.

CARMONA, Carlos Alberto. A Arbitragem no Brasil. Em busca de uma nova lei. Jurisprudência Brasileira, v.166, p.17-36, 1992, Curitiba, Juruá Editora.

CASELLA, Paulo Borba. Arbitragem Internacional e Boa-fé das Partes Contratantes – Cláusula de Arbitragem em Contrato Internacional. Revista dos Tribunais, v.668, p. 239-241, 1991.

_____. Arbitragem: Entre a Praxe Internacional, Integração no Mercosul e o Direito Brasileiro. In : CASELLA, Paulo Borba et al. Arbitragem : lei brasileira e praxe internacional, 2.ed. São Paulo, Editora. LTR, 1999.

_____; GRUENBAUM, Daniel. Homologação da Sentença Arbitral Estrangeira Anulada. Revista de Arbitragem e Mediação, ano 3, vol. 9, p. 207 – 251.

COSTA E SILVA, A.J. da. Juízo Arbitral Obrigatório. Revista dos Tribunais, v.36, p.185-188, 1920.

CRAIG, W. Laurence. Uses and Abuses of Appeal from Awards. Arbitration International, vol. 4, nº 3 (1988), p. 174 – 227.

CRAM-MARTOS, Virginia. The United Nations Economic Commission for Europe and the 1961 Convention on International Commercial Arbitration. Journal of International Arbitration, vol. 17, n° 6 (2000), p. 137 – 154.

CREMADE, Bernardo. Introductory Remarks: International Dispute Resolution – towards an international arbitration culture. ICCA Congress Series (Seul, 1996) n° 8, p. 13-20.

CRÉPIN, Sophie. Le contrôle des sentences arbitrales par la Cour d'appel de Paris depuis les réformes de 1980 et 1981. Revue de L'Arbitrage, 1991, n° 4, p. 521-598.

DAVIDSON, Fraser P. Where is an Arbitral Award Made? *Hiscox v. Outhwaite*. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 41, n° 3, julho de 1992, p. 637-645.

DELAUME, Georges R. Recognition and Enforcement of State Contract Awards in the United States. A Restatement. The American Journal of International Law, vol. 91, n° 3, julho de 1997, p. 476-489.

_____. What is an International Contract? An American and a Gallic Dilemma. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 28, n° 2, abril de 1979, p. 258-279.

DESHPANDE, V.S. Article V.1 (e) of the 1958 New York Convention: A Plea for Harmonious and Purposive Interpretation. Journal of International Arbitration, v. 8, n° 3, 1991, p. 77 – 90.

DHARMANANDA, Kanaga. The Unconscious Choice – Reflections on Determining the *Lex Arbitri*. Journal of International Arbitration, v. 19, n° 2 (2002), p. 151-162.

DELVOLVE, Jean-Louis. Note sur Cour D'Appeal de Rouen (1^{re} et 2^e Ch. Civ. Réunies), 13 de novembro de 1984. Revue de L'Arbitrage, 1991, n° 4, p. 521-598.

EISEMANN, Frédéric. The Court of Arbitration: Outline of its Changes from Inception to the Present Day. 60 Years of ICC Arbitration. A Look at the Future. ICC, p. 391-398.

EL-KOSHERI, Ahmed. The enforcement of awards nullified in the country of origin. ICCA Congress Series (Paris, 1999) n° 9, p. 544-547.

ESPÍNOLA, Eduardo. Modificações do Direito Interno Brasileiro decorrentes da adoção do Código Bustamante. Revista de Direito Civil, Commercial e Criminal, V.XCIX, fasc. 1, p.217-240, 1931.

ETCHEVERRY, Raul Anibal. El Arbitraje Internacional y Su incidencia en el Comercio Internacional. In: PUCCI, Adriana Noemi (coord). Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo, Editora LTR, 1998.

FARHAD, Alain. Provisional Enforcement of International Arbitral Awards Made in France. The Dilatory Effect of the French Set Aside Application. Journal of International Arbitration, v. 23, n° 2, p. 115 – 124.

FONSECA, José Roberto Franco da. Sistema de Solução de Controvérsias no Mercosul. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CASELLA, Paulo Borba. Mercosul – Das Negociações à Implantação. 2.ed. São Paulo, Editora LTR, 1998.

FOUCHARD, Philippe. La Portée internationale de l’annulation de la sentence arbitrale dans son pays d’origine. Revue de L’Arbitrage, 1997, n° 3, p. 329-352.

_____. Suggestions por accroître l’efficacité internationale des sentences arbitrales. Revue de L’Arbitrage, 1998, n° 4, p. 653-672.

_____. Suggestions to Improve the International Efficacy of Arbitral Awards. ICCA Congress series n° 9 (Paris/1999), p. 601- 615.

_____. Note – Cour d’appel de Paris (1^{re} Ch. C) 14 janvier 1997. Revue de L’Arbitrage, 1997, p. 399 – 401.

_____. Note – Cour de cassation (1^{re} Ch. civ) 10 juin 1997, Revue de L’Arbitrage, 1997, n° 3, p. 377-379.

_____. L'arbitrage international en France après le décret du 12 mai 1981. Journal de Droit International, 1982, n° 2, p. 374 – 420.

_____. La loi-type de la C.N.U.D.C.I sur l'arbitrage commercial international. Journal de Droit International, 1987, p. 861- 885.

_____. Note sur l'arrêt Gotaverken. Journal du Droit International, 1980, p. 660 -661.

_____. Introduction : Spécificité de l'arbitrage international. Revue de L'Arbitrage, 1981, p. 449-467.

_____. Discussion de l'exposé du Professeur Jean-François Poudret. L'originalité du droit français de l'arbitrage au regard du droit comparé. Revue International et de Droit Comparé, 2004, p. 150-154.

_____. L'Arbitrage et la mondialisation de l'économie. Publicado originalmente em 1999. Écrits. Comité Français de L'Arbitrage, 2007, p. 470 – 484.

FREYER, Dana H. United States Recognition and Enforcement of Annulled Foreign Arbitral Awards – The Aftermath of the Chromalloy Case. Journal of International Arbitration, v. 17, n° 2 (2000), p. 1-10.

GAILLARD, Emmanuel. The Enforcement of Awards Set Aside in the Country of Origin. ICSID Review – Foreign Investment Law Journal, p. 16 – 45.

_____. A Foreign View of the New Swiss Law on International Arbitration. Arbitration International, vol. 4, n° 1 (1988), p. 25-31.

_____. Enforcement of Awards set aside in the Country of Origin: The French Experience. ICCA Congress Series (Paris, 1999) n° 9, p. 505-527.

_____. L'exécution des sentences annulées dans leur pays d'origine. Journal du Droit International, 1998, p. 645 – 674.

_____. Note sur l'arrêt Hilmarton – Cour de Cassation, 23 de março de 1994. Journal du Droit International, 1994, p. 701 – 710.

_____. Note sur l'arrêt Hilmarton – Cour de Cassation, 10 de junho de 1997, Journal du Droit International, 1997, nº 4, p. 1033 – 1036.

_____. Note sur l'arrêt Putrabali – Court d'Appeal de Paris (1^{re} Ch. C), 31 de março de 2005. Revue de l'Arbitrage, 2006, nº 3, p. 666 a 672.

_____. Note sur l'arrêt Putrabali – Court de Cassation (1^{re} Ch. C), 29 de junho de 2007. Revue de l'Arbitrage, 2007, nº 3, p. 517 a 522.

GARRO, Alejandro. Unification and Harmonization of Private Law in Latin America. The American Journal of Comparative Law, vol. 40, nº 3, 1992, p. 587-616.

_____. Armonización y Unificación del Derecho Privado en America Latina: Esfuerzos, Tendencias y Realidades. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; HUCK, Hermes Marcelo, coord. Direito e Comércio Internacional: Tendências e Perspectivas. São Paulo, LTR, 1994, p. 507-559.

GIARDINA, Andrea. The Question of General Recognition and Enforcement of Arbitral Awards. 60 Years of ICC Arbitration. A Look at the Future. ICC, p. 381-388.

GAJA, Giorgio. La nuova procedura per riconoscere le sentenze arbitrali straniere e la Convenzione di New York. Rivista di Diritto Internazionale, v.77, p.744-745, 1994.

GHARAVI, Hamid G. Chromalloy: Another View. Mealey's International Arbitration Report, janeiro 1997, vol. 12, nº 1, p. 21 a 27.

_____. Enforcing set aside arbitral awards: France's controversial steps beyond the New York Convention. Journal of Transnational Law & Policy, vol. 6, nº 1, 1996, p. 93 – 108.

GIAMBASTIANI, Catherine A. Lex Loci Arbitri and Annulment of Foreign Arbitral Awards in the U.S. Courts. American University International Law Review, 2005, 20, p. 1101. LEXIS NEXIS.

GOLDMAN, Berthold. Les Conflits de Lois dans L'Arbitrage International de Droit Privé. Recueil des Cours. Académie de Droit International, 1963, p. 350 – 484.

_____. Note sur Cour de Cassation (1^{re} Ch.civ.), 9.10.1984 (Norsolor). Revue de L'Arbitrage, 1985, p. 431 a 438.

GOODE, Roy. The Role of the *Lex Loci Arbitri* in International Commercial Arbitration. Arbitration International, vol. 17, n° 1 (2001), p. 19-40.

GREBLER, Eduardo. Arbitragem nos Contratos Privados. Revista dos Tribunais, v.745, p.59-66, 1997.

GRIGERA NAÓN, Horácio A. Ordem Público e Arbitraje. In: PUCCI, Adriana Noemi, coord. Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo, Ed. LTR, 1998.

_____. Recent Trends Regarding Commercial Arbitration in Latin America. In : CREMADE, Bernardo M, coord. Enforcement of Arbitration Agreements in Latin America. Londres, Kluwer, 1999.

_____. El Acuerdo sobre Arbitraje Comercial Internacional del Mercosur: Un Análisis Crítico. Revista Brasileira de Arbitragem, Número de Lançamento, Editora Síntese, p. 16-30, 2003.

_____. Arbitration and Latin America: Progress and Setbacks. 2004 Freshfields Lecture. Arbitration International, vol. 21, n° 2, p. 127-176.

HANESSIAN, Grant. Judgment of the Appellate Court of Illinois, Third District, Rendered in 2004 in case n° 3-03-0563. Stockholm International Arbitration Review, 2005, 2, p. 303 a 325.

HANOTIAU, Bernard; BLOCK, Guy. The Law of 19 May 1988 Amending Belgian Arbitration Legislation. Arbitration International, vol. 15, n° 1 (1999), p. 97-100.

_____; CAPRASSE, Olivier. L'Annulation des Sentences Arbitrales. Journal des Tribunaux, 24.04.2004, p. 413-428.

HARTWELL, Geoffrey M Beresford. Arbitration and the Sovereign Power. Journal of International Arbitration, Vol. 17, n 2 (2000), p. 11-18.

HARRIS, Troy L. The 'Public Policy' Exception to Enforcement of International Arbitration Awards Under the New York Convention. Journal of International Arbitration, v. 24, n° 1, p. 9-24.

HASHER, Dominique. European Convention on International Commercial Arbitration of 1961. Commentary. Yearbook Commercial Arbitration, XVII (1992), p. 711 – 745.

HERRMANN, Gerold. Does the world need additional uniform legislation on arbitration? The 1998 Freshfields lecture. Arbitration International, vol. 15, n° 3 (1999), p. 221 – 236.

_____. The role of the courts under the UNCITRAL Model Law script. In: Lew, Julian D.M. Contemporary Problems in International Arbitration. Edited by Julian D. M. Lew, Martin Nijhoff Publishers, Queen Mary College University of London, Centre for Commercial Law Studies, 1987, p. 164 – 175.

HOLTZMANN, Howard M. Commentary on "Enforcing Awards." 60 Years of ICC Arbitration. A Look at the Future. ICC, p. 361-368.

_____. A Task for the 21st Century: Creating a New International Court for Resolving Disputes on the Enforceability of Arbitral Awards. The Internationalisation of International Arbitral. The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 109-114.

_____. When and where do national courts reflect an international arbitration culture? ICCA Congress Series (Seul, 1996) n° 8, p. 233-236.

HORNING, Richard Allan. Deferral of Enforcement of New York Convention Awards for "Prudential Reasons". International Arbitration Law Review, 1997, p. 3 – 8.

HORVATH, Günther. The Duty of the Tribunal to Render and Enforceable Award. Journal of International Arbitration, v. 23, n° 3, p. 135-158.

HOUTTE, H. Van. La loi belge du 27 mars 1985 sur l'arbitrage international. Revue de L'Arbitrage, 1986, n° 1, p. 29-42.

JACOBS, Marcos S. Dualing Forums : What is a Court to do when asked to enforce an award that is challenged in court of country where the arbitration took place ? Mealey's International Arbitration Report, maio 2001, vol. 16, n° 5, p. 24 a 29.

JACKSON, Joseph. The 1975 Inter-American Convention on International Commercial Arbitration: Scope, Application and Problems. Journal of International Arbitration, v. 8, n° 3 (1991), p. 91-100.

JARROSSON, Charles. Note – Cour d'appel de Versailles 29 juin 1995 (2 arrêts) – Société OTV v. société Hilmarton. Revue de l'arbitrage, 1995, n° 4, p. 630.

_____. Note – Cour de cassation (1^{re} Ch. Civ) 23 mars 1994 – Société Hilmarton v société OTV. Revue de l'arbitrage, 1994, n° 2, p. 329 – 336.

JARVIN, Sigvard. The sources and limits of the arbitrator's powers. In: Lew, Julian D.M. Contemporary Problems in International Arbitration. Edited by Julian D. M. Lew, Martin Nijhoff Publishers, Queen Mary College University of London, Centre for Commercial Law Studies, 1987, p. 51-72.

_____. La loi-type de la C.N.U.D.C.I sur l'arbitrage commercial international. Revue de L'Arbitrage, 1986, n° 4, p. 509 - 527.

JEANTET, Fernand Charles. Note sur Cour D'Appel de Paris (1^{re} Ch. Civ.). Revue de L'Arbitrage, 1980, p. 524 – 537.

KAPLAN, Neil Q.C. A Case by Case Examination of Whether National Courts Apply Different Standards When Assisting Arbitral Proceedings and Enforcing Awards in International Cases as Contrasting with Domestic Disputes. Is There a Worldwide Trend towards Supporting an International Arbitration Culture? ICCA Congress Series (Seul, 1996) n° 8, p. 187-218.

KARRER, Pierre; KÄLIN-NAUER, Claudia. Is there a Favor Iurisdictionis Arbitri? Standards of Review of Arbitral Jurisdiction Decisions in Switzerland. Journal of International Arbitration, v. 13, n° 3, 1996, p. 31 -38.

KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle. Le Lieu de l'Arbitrage à l'aune de la mondialisation – Réflexions à propos de deux formes récentes d'arbitrage. Revue de L'Arbitrage, 1998, n° 3, p. 517-636.

_____. Specificity of International Arbitration. Recueil de Travaux Suisses sur L'Arbitrage International. Schulthess Polyphischer Verlag Zurich, Lausanne, 198.

KERAMEUS, K. D. Waiver of Setting-Aside Procedures in International Arbitration. The American Journal of Comparative Law, vol. 41, n° 1, 1993, p. 73-77.

KERR, Michael. Arbitration and the Courts: The Uncitral Model Law. International and Comparative Law Quarterly, vol. 34, 1985, p. 1 – 24.

_____. Concordat and conflict in International Arbitration. Arbitration International, vol. 13, n° 2, p. 121 – 143.

KESSEDJIAN, Catherine. Court Decisions on Enforcement of Arbitration – Agreements and Awards. Journal of International Arbitration, v. 18(1), 2001, 1-11.

KEUTGEN, Guy. La Nouvelle Loi Sur L'Arbitrage. Journal des Tribunaux, 21 de novembro de 1998, p. 761 – 771.

KING, Brian. Enforcing Annulled Awards : U.S. Courts Chart their own course. Mealey's International Arbitration Report, janeiro 2000, vol. 15, n° 1, p. 15 - 21.

KLEIN, Frédéric-Edouard. La Convention Européenne sur L'Arbitrage Commercial International. Revue Critique de Droit International Privé, 1962, n° 1, p. 621 a 640.

KLEINHEISTERKAMP, Jan. Conflict of Treaties on International Arbitration in the Southern Cone. In: KLEINHEISTERKAMP, Jan; LORENZO, Gonzalo. Avances del Derecho Internacional Privado en América Latina – Liber Amicorum Jürgen Samtleben. Montevideu, Uruguai, Fundación de Cultura Univsersitaria, 2002, p. 667-700.

KNOLL, Willian H.; RUBINS, Noah D. Betting the Farm on International Arbitration : Is it Time to Offer an Appeal Option ? The American Review of International Arbitration, 2000, vol. 11, n° 4, p. 531.

KOPELMANAS, Lazare. La Place de la Convention Européenne sur L'Arbitrage Commercial International du 21 avril 1961 dans L'Évolution du Droit International de L'Arbitrage. Annuaire Français de Droit International, vol. 7, 1961, p. 331 – 354.

_____. Quelques problèmes récents de l'arbitrage commercial international. Revue Trimestrielle de Droit Commercial, 1957, p. 879 – 911.

LALIVE, Pierre. Ordre public transnational (ou réellement international) et arbitrage international. Revue de L'Arbitrage, 86 n° 3, p. 329-374.

_____. Enforcing Awards. 60 Years of ICC Arbitration. A Look at the Future. ICC, p. 318-359.

_____. Les règles de conflit de lois appliquées au fond du litige par l'arbitre international siégeant en Suisse. Revue de L'Arbitrage, 1976, p. 155 – 185.

LASTENOUSE, Pierre. Why Setting Aside and Arbitral Award is not Enough to Remove it from the International Scene. Journal of International Arbitration, vol. 16 (2), 1999, p. 25-47.

_____; SENKOVIC, Petra. Note sur Radenska c/ Kajo. Revue de L'Arbitrage, 1998, n° 2, p. 421 a 430.

LAZEREFF, Serge. Why speed is good for arbitrators. In: Improving International Arbitration – The Need For Speed And Trust. Liber Amicorum Michel Gaudet, ICC Publishing, 1998), p. 137

LEBOULANGER, Philippe. Une codification plus explicite pour l'arbitrage international ? Revue de L'Arbitrage, 1992, n° 2, p. 357-370.

LEE, João Bosco. L'Arbitrage Commercial International dans de Mercosur: L'Accord de Buenos Aires de 1998. Revue de L'Arbitrage, 2004, n° 3, p. 565 – 584.

_____. A Especificidade da Arbitragem Comercial Internacional. In : CASELLA, Paulo Borba, coord. Arbitragem : lei brasileira e praxe internacional, 2.ed. São Paulo, Editora LTR, 1999.

_____. A Convenção do Panamá sobre Arbitragem Comercial Internacional de 1975: existência e vicissitudes do sistema interamericano de Arbitragem Comercial Internacional. In: Reflexões sobre Arbitragem – In memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima, LTR, 2002, São Paulo, p. 534 – 566.

LEICH, Marian Nash. The Inter-American Convention of International Commercial Arbitration. The American Journal of International Law, 1981, vol. 75, p. 982 – 986.

LEMES, Selma Maria Ferreira. Mercosul – Proposta de Regulamentação quanto à Solução de Controvérsias Privadas. Conciliação e Arbitragem. In : CASELLA, Paulo Borba, coord. Arbitragem : lei brasileira e praxe internacional. 2.ed. São Paulo, Editora LTR, 1999.

LEW, Julian D.M. Achieving the Dream. Autonomous Arbitration. Arbitration International, vol. 22, nº 2, p. 179-203.

LEURENT, Bruno. Reflections on the International Effectiveness of Arbitration Awards. Arbitration International, vol. 12, nº 3, 1996, p. 269 – 285.

_____. Note sur Cour D’Appel de Paris (1re Ch. C). Revue de L’Arbitrage, 1998, nº 2, p. 399-407.

LIONEET, Klaus. Should the Procedural Law Applicable to International Arbitration be Denationalised or Unified? The Answer of the Uncitral Model Law. Journal of International Arbitration, v. 8, nº 3, 1991, p. 5 – 16.

LUSTOSA, Isabel. Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros. In: CASELLA, Paulo Borba; ARAUJO, Nadia et al. A Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, in Integração Jurídica Interamericana – As Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPs) e o Direito Brasileiro. São Paulo, Editora LTR, 1998.

MAGALHÃES, José Carlos de. Reconhecimento e Execução de Laudos Arbitrais Estrangeiros. Revista de Informação Legislativa, v.134, p.41-50, 1997. Também publicado na Revista dos Tribunais, v.740, p.116-127, 1997.

_____. Contratos Internacionais. Revista do Advogado, Ano II, nº 8, p. 37 a 47.

_____. O Supremo Tribunal Federal e as Relações entre Direito Interno e Internacional. Boletim Brasileiro de Direito Internacional, ns .61/66, p.53-57, 1975-1979.

_____. A Convenção de Nova Iorque e a Lei de Arbitragem. Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem, nº 18, p. 309 -318.

_____. A Arbitragem como forma de atuação da Sociedade Civil. Revista de Arbitragem e Mediação, ano 3, vol. 9, p. 165 – 172.

_____. Reconhecimento e execução de laudos arbitrais estrangeiros. In: Arbitragem na era na globalização. GARCEZ, J. M. Rossani (coord.). Rio de Janeiro, Forense, 1997, p. 99.

_____. Fatores de Limitação da Jurisdição do Estado. In: Solução e Prevenção de Litígios Internacionais. MERCANDANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de (coord.). Porto Alegre, 1999, vol. II, Editora Livraria do Advogado, p. 65 – 82.

MANN, F.A. England Rejects “Delocalised” Contracts and Arbitration. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 33, nº 1, janeiro de 1984, p. 193-198.

_____. *Lex Facit Arbitrum*. Arbitration International, vol. 2, nº 3, 1986, p. 241-260 (republicação do texto de 1967 que havia sido publicado em *International Arbitration Liber Amicorum for Martin Domke*).

_____. Where is an Award ‘made’? Arbitration International, vol. 1, nº 1, 1985, p. 107-108.

MARIOTT, Arthur. England’s new arbitration law. ICC International Court of Arbitration Bulletin, vol. 8, nº 1, maio de 1997, p. 28 – 36.

MARTINS, Pedro Antônio Batista. Anotações Sobre a Arbitragem no Brasil e o Projeto de Lei do Senado 78/92. Revista de Processo, nº 77, p.25-64, 1995.

_____. Questões que envolvem a homologação de sentença arbitral estrangeira. Revista Forense, v.344, p.223-232, 1998.

MATRAY, Lambert. Belgium, International Handbook on Commercial Arbitration, suplemento 10, outubro de 1995.

_____. Arbitrage et Ordre Public Transnational. The Art of Arbitration. Essays on International Arbitration Liber Amicorum Pieter Sanders. Editores, SCHULTZ, Jan C., BERG, Albert Jan Van, Kluwer law and Taxation Publishers, 1982, Deventer, Holanda, p. 241-251.

MAYER, Pierre. Faut-il Distinguer Arbitrage Interne et Arbitrage International? Revue de l'arbitrage, 2005, v. 2, p.361-374.

_____. Seeking the Middle Ground of Court Control: A Reply to I.N.Duncan Wallace, Arbitration International, vol. 7, nº 4 (1991), p. 311 a 318.

_____. L'Autonomie de l'Arbitre International dans L'Appréciation de sa propre compétence. Recueil des Cours. Académie de Droit International, 1989, V, vol. 17., 327-454.

_____. Le mouvement des idées dans le droit des conflits de lois. Droits : revue française de théorie juridique, 1985, p. 129 -143.

_____. L'insertion de la sentence dans l'ordre juridique français. In : DERAINS e al. Droit et Pratique de L'Arbitrage International en France. Feduci, Paris, 1984, p. 81 – 104.

_____. The Trend Towards Delocalisation in the Last 100 Years. The Internationalisation of International Arbitral. The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 37-46.

_____. L'exécution des sentences arbitrales dans les pays de droit romaniste. In : L'exécution des sentences arbitrales. ICC publishing, 1989, p. 47 – 66.

_____. Revisiting *Hilmarton* and *Chromalloy*. In : ICCA Congress Series (2000) nº 10, p. 165 - 176.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo. O Protocolo sobre Cláusulas Arbitrais assinado em Genebra em 1923. In: Tercer Curso de Derecho Internacional Organizado por el Comité Jurídico Interamericano, Rio de Janeiro, OEA – Comité Jurídico Interamericano, 1977, p. 437-454.

MERHREN, Arthur Taylor. To what extent is International Commercial Arbitration Autonomous? Le droit des Relations Économiques Internationales. Études offertes à Berthold Goldman. Litec, Paris, 1987, p. 217-227.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo. O Protocolo sobre Cláusulas Arbitrais assinado em Genebra em 1923. In: Tercer Curso de Derecho Internacional Organizado por el Comité Jurídico Interamericano, Rio de Janeiro, OEA – Comité Jurídico Interamericano, 1977.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Efectos de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros. Revista de Processo, nº 79, p. 184-189.

_____. Notas sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras. Revista de Processo, v. 124, p. 19-27.

_____. Problemas Relativos a Litígios Internacionais. Revista de Processo, v.65, p.144.

_____. La nuova legge brasiliana dell'arbitrato. Rivista dell'Arbitrato, v. 1/13, 1997.

MOSK, Richard N.; NELSON, Ryan D. The Effects of Confirming and Vacating and International Arbitration Award on Enforcement in Foreign Jurisdictions. Journal of International Arbitration, v. 18, nº 4 (2001), p. 463-474.

MOTUSKY, Henry. L'Évolution récente en matière d'arbitrage international. Revue de L'Arbitrage, 1959, p. 2 – 11.

NADELMANN, Kurt H. Méthodes d'unification du droit international privé. La legislation uniforme et les conventions internationales. Revue Critique de Droit International Privé, 1956, 38 – 51.

NEHRING NETTO, Carlos; AVELLAR FONSECA, Sueli; ZIVY, Isabel. Une Décision Judiciaire Brésilienne Très Importante en Matière d'Arbitrage International. Revue de Droit des Affaires Internationales International – Business Law Journal, Paris, France, n° 7, 1992, p. 872-876, 1992.

NASCIMENTO E SILVA, G.E. Apresentação. In: CASELLA, Paulo Borba; ARAUJO, Nadia et al. A Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, in Integração Jurídica Interamericana – As Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPs) e o Direito Brasileiro. São Paulo, Editora LTR, 1998.

NORBERG, Charles Robert. Inter-American Commercial Arbitration, General Introduction. International Handbook on Commercial Arbitration, J. Paulsson (ed.), Suppl. 26, fevereiro de 1998.

OPPETIT, Bruno. Note sur Cour de Cassation (1re Ch. civ.). – 23 mars 1994. Revue Critique de Droit International Privé, n° 84, abril-junho de 1995, p. 356 – 362.

_____. Sur le concept d'arbitrage. In : Le droit des Relations Économiques Internationales. Études offertes à Berthold Goldman. Litec, Paris, 1987, p. 229-239.

_____. Justice Étatique et Justice Arbitrale. In : Études offertes à Pierre Bellet. Litec, Paris, 1991, p. 415 - 426.

_____. Philosophie de l'arbitrage commercial international. Journal du Droit International, n° 4, 1993, p. 811 – 827.

PARK, William. Duty and Discretion in International Arbitral. The American Journal of International Law, Vol. 93, n° 4 (Outubro 1999), p. 805-823.

_____. The *Lex Loci Arbitri* and International Commercial Arbitration. The International and Comparative Law Quarterly, Vol. 32, n° 1 (Janeiro, 1983), p. 21-52.

_____. Por que os tribunais revisam decisões arbitrais. Revista Arbitragem e Mediação, n° 3, p 16.

PAULSSON, Jan. Arbitration Unbound: Award Detached from the Law of its Country of Origin. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 30, n° 2, abril de 1981, p. 358-387.

_____. Arbitration unbound in Belgium. Arbitration International. Vol. 2, n° 1 (1986), p. 68-72.

_____. Delocalization of International Commercial Arbitration: When and Why It Matters. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 32, n° 1, janeiro de 1983, p. 53-61.

_____. L'exécution des sentences arbitrales dans de monde de demain. Revue de L'Arbitrage, 1998, n° 4, p. 637-652.

_____. L'Exécution des Sentences Arbitrales en dépit d'une Annulation en Fonction d'un Critère Local (ACL). Bulletin de la Cour Internationale d'Arbitrage de la CCI, vol. 9, n° 1, maio de 1998.

_____. Rediscovering the N.Y. Convention: Further Reflections on Chromalloy.. Mealey's International Arbitration Report, abril 1997, vol. 12, n° 4, p. 20 a 34.

_____. May or Must Under the New York Convention: An exercise in Syntax and Linguistics. Arbitration International, vol. 14, n° 2 (1998), p. 227 – 230.

_____. Awards set aside at the place of arbitration. In: Enforcing Arbitration Awards under the New York Convention: Experience and Prospect, 1998, UNITED NATIONS PUBLICATION, Sales No. E.99.V.2, ISBN 92-1-133609-0, p. 10 a 12.

_____. The extent of independence of international arbitration from the law of the *situs*. In: LEW, Julian D.M. Contemporary Problems in International Arbitration. Edited by Julian D. M. Lew, Martin Nijhoff Publishers, Queen Mary College University of London, Centre for Commercial Law Studies, 1987, p. 141-148.

_____. Note sur Termorio. U.S Court of Appeal, District of Columbia, 25 de maio de 2007. Revue de L'Arbitrage, p. 559 a 565.

PHILIP, Allan. A Century of Internationalism of International Arbitration: An Overview. The Internationalisation of International Arbitral. The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 25-35.

PINSOLLE, Philippe. Parties to an International Arbitration with the seat in France are at full liberty to organize the procedure as they see fit. Mealey's International Arbitration Report, março 2001, vol. 16, nº 3, p. 28 a 31.

_____. KREINDLER, Richard H. Les Limites du Rôle de la Volonté des parties dans la conduite de L'instance Arbitrale. Revue de L'Arbitrage, 2003, nº 1, p. 41 – 63.

PETROCHILLOS, Georgios. Enforcing Awards Annulled in Their State of Origin under the New York Convention. The International and Comparative Law Quarterly, v. 48, nº 4, outubro de 1999, p. 856-888.

POLANIA, Adriana. Inter-American Commercial Arbitration, General Introduction. International Handbook on Commercial Arbitration, J. Paulsson (ed.), Suppl. 37, Janeiro de 2003.

POPESCU, Tudor. The Enforcement of Arbitral Awards in the Socialist Countries that are members of the CMEA. 60 Years of ICC Arbitration. A Look at the Future. ICC, p. 369-375.

POUDRET, Jean-François. Quelle solution pour en finir avec l'affaire Hilmarton ? Réponse à Philippe Fouchard. Revue de L'Arbitrage, 1998, nº 1, p. 7-24.

_____. Challenge and Enforcement of Arbitral Awards in Switzerland. Arbitration International, vol. 4, nº 4 (1988), p. 278 a 299.

_____. L'originalité du droit français de l'arbitrage au regard du droit comparé. Revue International et de Droit Comparé, 2004, p. 133- 149.

PRPIC, Martina. Global Development : New York Convention – Reconsidered : Contribution to the 45th Anniversary of the Convention : Setting Aside Recourse and Enforcement of Awards Annulled in the Country of Origin, 10 Croat. Arbitration Yearbook, 13.

RACINE, Jean-Baptiste. Réflexions sur l'autonomie de l'arbitrage commercial international (II- L'arbitrage, Deuxième Séance). Revue de L'Arbitrage, 2005, nº 2, p. 305-360.

RAMASWAMY, P. Enforcement of annulled Awards – An Indian Perspective. Journal of International Arbitration, v. 19, nº 5 (2002), p. 461-472.

RAMOS, André de Carvalho. O Reconhecimento de Sentença Arbitral Estrangeira e a Cooperação Jurisdicional no Mercosul. In : CASELLA, Paulo Borba, coord. Arbitragem : lei brasileira e praxe internacional. 2.ed. São Paulo, Ed. LTR, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. Os Conflitos Entre o Direito Interno e os Tratados Internacionais. Revista da Faculdade de Direito, v.LXII, fasc.II, p. 81-134, 1967.

REDFERN, Alan. The Jurisdiction of an International Commercial Arbitrator. Journal of International Arbitration, v. 3, nº 1 (1986), p. 19-34.

RODAS, João Grandino. Alguns Problemas de Direito dos Tratados, relacionados com o Direito Constitucional à Luz da Convenção de Viena. Separata do vol. XIX do Suplemento do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1972.

REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Aspectos do Instituto da Arbitragem. Revista dos Tribunais, v.743, p.64-73, 1997.

RENSMANN, Thilo. Anational Arbitral Awards. Legal Phenomenon or Academic Phantom? Journal of International Arbitration, v. 15, nº 2 (1998), p. 37-66.

REYMOND, Claude. L'Arbitration Act, 1996. Convergence et originalité. Revue de L'Arbitrage, 1997, nº 1, p. 45 – 68.

REZENDE, Oswaldo Murgel. O Código de Direito Internacional Privado Pan-Americano, em conflito com o Código Civil Brasileiro. Revista de Jurisprudência Brasileira, V.XI, fasc. 32, p.165-172, 1931.

RICCI, Edoardo. A Sentença Arbitral Brasileira com Nacionalidade de Outros Países. Io. Seminário Internacional Sobre Direito Arbitral. Belo Horizonte, maio de

2002. Câmara de Arbitragem de Minas Gerais, 2003, Coordenação Editorial Interbook, p. 158-172.

ROBERT, Jean. La Convention de New York du 10 juin 1958 pour la reconnaissance et l'exécution des sentences arbitrales étrangères. Recueil Dalloz, chronique, 1958, p. 223 – 228.

_____. La Convention Européenne sur l'arbitrage commercial international signée à Genève le 21 avril 1961. Recueil Dalloz, chronique, 1961, p. 173 – 182.

_____. Retour sur l'arrêt Pabalk-Norsolor (Civ. 1re, 9 oct. 1984). Recueil Dalloz, chronique, 1985, p. 83 – 84.

ROSENN, Keith. Enforcement of Foreign Awards in Brazil. The American Journal of International Law, vol. 28, n° 3, 1980, p. 498-506.

SACERDOTI, Giorgio. Arbitragem Comercial Internacional na Itália. Tradução de Paulo Borba Casella. In : CASELLA, Paulo Borba, coord. Arbitragem : lei brasileira e praxe internacional, 2.ed. São Paulo, Editora LTR, 1999.

SAMPLINER, Gary H. Enforcement of Nullified Foreign Arbitral Awards – Chromalloy Revisited. Journal of International Arbitration, v. 14, n° 3, 1997, p. 141 – 166.

_____. Enforcement of Foreign Arbitral Awards after annulment in their country of origin. Mealey's International Arbitration Report, setembro 1996, vol. 11, n° 9, p. 22 a 30.

SAMTLEBEN, Jürgen. Procedimento Arbitral no Brasil – o Caso “Lloyd Brasileiro contra Ivarans Rederi” do Superior Tribunal de Justiça. Revista dos Tribunais, v.704, p.276-281, 1994.

SAMTLEBEN, Jürgen. Histórico da Arbitragem no Brasil – Até o Advento da Nova Lei. In : CASELLA, Paulo Borba et al. Arbitragem : a nova lei brasileira (9.307/96) e a praxe internacional. São Paulo, Ed. LTR, 1997.

SANDERS, Pieter. The New Arbitration Statute in Belgium. Yearbook Commercial Arbitration, vol. I (1976), p. 173-176.

_____. Unity and Diversity in the Adoption of the Model Law. Arbitration International, vol. 11, n° 1 (1995), p. 1-38.

SANDROCK, Otto. To Continue Nationalizing or to De-Nationalize? That is Now the Question in International Arbitration. The American Review of International Arbitration, 2001, 12, p. 301-334.

SCHWARTZ, Eric A. A Comment on Chromalloy Hilmarton, à l'américaine. Journal of International Arbitration, v. 14, n° 2 (1997), p. 125-136.

SCHWEBEL, Stephen. The Creation and Operation of an International Court of Arbitral Awards. The Internationalisation of International Arbitral. The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 115-123.

SECOMB, Matthew. Shades of Delocalisation – Diversity in the Adoption of the UNCITRAL Model Law in Australia, Hong Kong and Singapore. Journal of International Arbitration, v. 17, n° 5 (2000), p. 123-150.

SERRANO, Fernando Mantilla. Le traitement législatif de l'arbitrage en Amérique latine. Revue de L'Arbitrage, 2005, n° 3, p. 561 – 602.

SHACKLETON, Stewart R. The internationalization of English Arbitration Law. ICC International Court of Arbitration Bulletin, vol. 11, n° 1, 2000, p. 16 – 22.

SILVA-ROMERO, Eduardo. Algunas Observaciones sobre el Reconocimiento y La Ejecución de Laudos Arbitrales Extranjeros en América Latina. Revista de Arbitragem e Mediação, n° 3, p. 80 – 90.

SZEKELY, Alexandre. Note sur Bechtel. Revue Critique de Droit International Privé, 2006, n° 2, tomo 95, p. 387 a 401.

SOARES, Guido Fernando Silva. As Arbitragens Internacionais e aquelas reguladas no direito interno brasileiro, nos termos da Lei nº 9.307 de 23.9.1996 – alguns aspectos. In: Reflexões sobre Arbitragem – In memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima, LTR, 2002, São Paulo, p. 485 – 520.

SOUZA JR., Lauro da Gama. A convenção interamericana sobre arbitragem comercial internacional. In: CASELLA, Paulo Borba; ARAUJO, Nadia et al. A Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, in Integração Jurídica Interamericana – As Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPs) e o Direito Brasileiro. São Paulo, Editora LTR, 1998. Parte IV.

STRAUS, Donald B. Pieter Sanders and the Uncitral Rules. The Art of Arbitration. Essays on International Arbitration Liber Amicorum Pieter Sanders. Editores, SCHULTZ, Jan C., BERG, Albert Jan Van, Kluwer law and Taxation Publishers, 1982, Deventer, Holanda, p. 301-310.

STRENGER. Arbitragem Internacional – Conceitos Básicos. In : PUCCI, Adriana Noemi, coord. Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo, Editora LTR, 1998.

STROHBACH, Heinz. Towards and International Arbitral Award. The Art of Arbitration. Essays on International Arbitration Liber Amicorum Pieter Sanders. Editores, SCHULTZ, Jan C., BERG, Albert Jan Van, Kluwer law and Taxation Publishers, 1982, Deventer, Holanda, p. 305-310.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A Arbitragem no Sistema Jurídico Brasileiro. Revista dos Tribunais, v.735, p. 39-48, 1997.

TUPMAN, W. Michael. Staying Enforcement of Arbitral Awards under the New York Convention, Arbitration International, Vol. 3, nº 3 (1987), p. 209-225.

YU, Hong-lin. Total Separation of International Commercial Arbitration and National Court Regime. Journal of International Arbitration, v. 15, nº 2 (1998), p. 145-166.

_____. Five Years On: A Review of the English Arbitration Act 1996. Journal of International Arbitration, v. 19, nº 3 (2002), p. 209-225.

_____; NASIR, Motassem. Can Online Arbitration exist within the Traditional Arbitration Framework? Journal of International Arbitration, v. 20, nº 5 (2003), p. 455-473.

VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. Debate à palestra de Edoardo Ricci sobre sentença plúrima. Io. Seminário Internacional Sobre Direito Arbitral. Belo Horizonte, maio de 2002. Câmara de Arbitragem de Minas Gerais, 2003, Coordenação Editorial Interbook, p. 173-176.

VAN DEN BERG, Albert Jan. Why are some awards not enforceable? ICCA Congress Series (2005) nº 12, p. 291-326.

_____. The New York Convention 1958 and Panama Convention 1975: Redundancy or Compatibility? Arbitration International, Vol. 5, nº 3 (1989), p. 214-229.

_____. L'Exécution d'une Sentence Arbitrale en Dépit de son Annulation? Bulletin de la Cour Internationale d'Arbitrage de la CCI, vol. 9, nº 2, novembro de 1998.

_____. Striving for uniform interpretation. In: Enforcing Arbitration Awards under the New York Convention: Experience and Prospect, 1998, UNITED NATIONS PUBLICATION, Sales No. E.99.V.2, ISBN 92-1-133609-0.

_____. Should an International Arbitrator apply the New York Arbitration Convention of 1958? The Art of Arbitration. Essays on International Arbitration Liber Amicorum Pieter Sanders. Editores, SCHULTZ, Jan C., BERG, Albert Jan Van, Kluwer law and Taxation Publishers, 1982, Deventer, Holanda, p. 39 – 49.

_____. Recent Enforcement Problems under the New York and ICSID Conventions. Arbitration International, vol. 5, nº 1, p. 2 – 20.

VANDERELST, Alain. Increasing the appeal of Belgium as an International Arbitration Forum? The Belgium Law of March, 27, 1985 concerning the annulment of arbitral awards. Journal of International Arbitration, v. 3, nº 2 (1986), p. 77-86.

VEEDER, V.V. Two Arbitral Butterflies: Bramwell and David. The Internationalisation of International Arbitral. The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 13-23.

_____. La nouvelle loi anglaise sur l'arbitrage de 1996 : la naissance d'un magnifique éléphant. Revue de L'Arbitrage, 1997, n° 1, p. 3 – 21.

VERBIST, Herman. Reform of the Belgian Arbitration Law (The Law of 19 May 1998). Revue de Droit des Affaires Internationales – International Business Law Journal – RDAI/IBLJ, n° 7, 1998, p. 842 – 857.

VIGORITI, Vincenzo. Em busca de um Direito Comum Arbitral. Tradução e anotações por Carlos Alberto Carmona. Revista de Processo, n° 91, p.11-25, 1998.

WALLACE, I.N. Duncan. Control by the Courts: A Plea for More, Not Less. Arbitration International, Vol. 6, n° 3 (1990), p. 253-267.

WALL, Phillip. Enforcement of Foreign Arbitral Awards Set Aside in their Country of Origin – the Chromalloy Case Revisited. Journal of International Arbitration, v. 16, n° 4 (1999), p. 131-140.

WATT, Horatia Muir. Note sur Direction générale de l'aviation civile de l'Emirat de Dubai c/ société International Bechtel. Revue de L'Arbitrage, 2006, n° 3, p. 700 a 708.

WEBSTER, Thomas. Evolving Principles in Enforcing Awards Subject to Annulment Proceedings. Journal of International Arbitration, v. 23, n° 3, p. 201-226.

WEINACHT, Felix. Enforcement of Annulled Foreign Awards in Germany. Journal of International Arbitration, v. 19, n° 4 (2002), p. 313-336.

WETTER, Gillis. The Internationalisation of International Arbitration: Looking Ahead to the Next Ten Years. The Internationalisation of International Arbitral. The LCIA Centenary Conference. Graham & Trotman Limited e Kluwer, 1995, p. 85-106.

CONVENÇÕES E TRABALHOS PREPARATÓRIOS

Convenção de Genebra de 1927.

Arbitration Report of the International Chamber of Commerce, nº 3, julho de 1924. Biblioteca ICC.

Journal Officiel de Société des Nations. J.O, VII (1926), nº 4, p. 563 e 564, an. 847, janeiro a junho de 1926. Biblioteca Cujas 9.993.1

Arbitration Report of the International Chamber of Commerce, nº 6 (suplemento do “Journal of the International Chamber of Commerce”, nº 10), junho de 1926. Biblioteca ICC.

Disposições ilustrativas da futura Convenção (Appendix 2). Journal Officiel de Société des Nations. J.O, VII (1926), 10, p. 1362, an. 847, julho a dezembro de 1926, p. 1382 a 1383. Biblioteca Cujas 9.993.1.

Arbitration Report of the International Chamber of Commerce, nº 7 (suplemento do “Journal of International Chamber of Commerce” nº 12), janeiro de 1927. Biblioteca ICC.

Réunion d’Experts Juristes en Matière d’Exécution des Sentences Arbitrales (Appendix 2). Journal Officiel de Société des Nations. J.O, VIII, nº 4, p. 567, 572, 582, abril de 1927. Biblioteca Cujas 9.993.1.

Journal Officiel de Société des Nations. J.O, VIII, nº 7, p. 777, julho de 1927. Biblioteca Cujas 9.993.1.

Arbitration Report of the International Chamber of Commerce, nº 8 (suplemento do “Journal of International Chamber of Commerce” nº 14), julho de 1927. Biblioteca ICC. Versão em Francês : Chambre de Commerce Internationale - Chronique de l’arbitrage nº 8, supplement au journal nº 14. Biblioteca Cujas 45.637.

Journal Officiel de Société des Nations. J.O, Suplemento Especial, nº 53, outubro de 1927. Biblioteca Cujas 9.993.2.

Journal Officiel de Société des Nations. J.O, IX, nº 4, p. 134 e 135, fevereiro de 1928. Biblioteca Cujas 9.993.1.

Projet de Protocole Relatif a l'Exécution des Sentences Arbitrales Étrangères. Journal Officiel de Société des Nations J.O, VIII, nº 7, p. 890 a 899, julho de 1927. Biblioteca Cujas 9.993.1.

Texto. Documento eletrônico online via World Wide Web: <URL: www.interarb.com/vl/g_co1927>, acesso em 10.01.2007.

Convenção de Nova Iorque de 1958

Países signatários. Documento eletrônico online via World Wide Web: <URL:<http://www.uncitral.com>>, acesso 10.01.2007.

Trabalhos preparatórios e textos finais, em Inglês e Francês em documento eletrônico online via World Wide Web: <URL: http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/NYConvention_travaux.htm>, acesso em 10.01.2007.

Versão chinesa. Documento eletrônico online via World Wide Web:<URL:http://www.uncitral.org/uncitral/zh/uncitral_texts/arbitration/NYConvention.html>, acesso em 10.06.2007.

Versão espanhola. Documento eletrônico online via World Wide Web: <URL:http://www.uncitral.org/uncitral/es/uncitral_texts/arbitration/NYConvention.html>, acesso em 10.06.2007.

Versão russa. Documento eletrônico online via World Wide Web: <URL: http://www.uncitral.org/uncitral/ru/uncitral_texts/arbitration/NYConvention.html>, acesso em 10.06.2007.

Convenção de Genebra de 1961

Report of the Ad Hoc Working Group on its Sixth Session – TRADE/80 (TRADE/WP.1/33), 22 de maio de 1959. Biblioteca da ONU, Genebra.

Draft of the Arbitration Rules for Use in International Trade – TRADE/WP. 1/34, 25 de maio de 1959.

Report of the Ad Hoc Working Group on its Sixth Seventh Session – TRADE/96 (TRADE/WP. 1/37), 30 de novembro de 1959. Biblioteca da ONU, Genebra. Biblioteca da ONU, Genebra.

Draft set of final clauses submitted by the Secretariat – TRADE/WP. 1/38, 17 de dezembro de 1959. Biblioteca da ONU, Genebra.

Report on the First Part of the Special Meeting to prepare the text of article IV – TRADE/110 (TRADE/W.P. 1/44), 15 de agosto de 1960. Biblioteca da ONU, Genebra.

Special Meeting of Plenipotentiaries for the purpose of Negotiating and signing a European Convention on International Commercial Arbitration – E/ECE-TRADE/48, 21 de abril de 1961. Biblioteca da ONU, Genebra.

Convenção Européia de 1961. Documento eletrônico online World Wide Web: < URL: <http://www.jus.uio.no/lm/europe.international.commercial.arbitration.convention.geneva.1961/>>, acesso em 10.10.2007.

Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969

Versão em português no *site* do Ministério das Relações Exteriores. Documento eletrônico on-line via World Wide Web: <http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>, acesso em 12.10.2007.

Convenção do Panamá de 1975.

Actas y Documentos de La Conferencia Especializada Interamericana sobre Derecho Internacional Privado (CIDIP), Secretaria General de la Organizacion de los Estados Americanos, Washington, 1975, volumes I e II.

Países signatários. Documento eletrônico online via World Wide Web:
<URL:<http://www.oas.org>>.

Reservas. Documento eletrônico online via World Wide Web:
<URL:<http://www.oas.org/juridico/spanish/firmas/b-35.html>>, acesso em 24.01.2007.

Convenção de Montevideú de 1979

Países signatários. Documento eletrônico online via World Wide Web:
<URL:<http://www.oas.org>>, acesso em 24.01.2007.

TESES/DISSERTAÇÕES

BRAGHETTA, Adriana. Conflito entre Lei Interna e Tratado no Âmbito da Arbitragem. O Brasil e o Mercosul. Universidade de São Paulo. Prolam – Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina. FFLCH /T^ BRAGHETTA, A.^2000.

HARDY, Jean. L'Interpretation des Traités Internationaux Rédigés dans Plusiers Langues. Tese de Doutorado da Universidade de Paris, Faculdade de Direito, 14 de março de 1990. Biblioteca Cujas DZ 1960 24.

JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 2006. Relator: Ministro Oswaldo Trigueiro. Julgamento em 18 de novembro de 1971. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.60, p.28, 1972.

Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário conhecido e provido. Recurso Extraordinário nº 80.004. Recorrente: Belmiro da Silveira Goes e recorrido: Sebastião Leão Trindade. Relator: Min. Xavier de Albuquerque. 1 de junho de 1977. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.83, p. 809-848, 1978.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 3977. Relator: Ministro Francisco Resek. Julgamento em 1 de julho de 1988. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.126, p.926, 1988.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 3976. Relator: Ministro Paulo Brossard. Julgamento em 16 de junho de 1989. Revista dos Tribunais, v.660, p.221, 1990.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 2766. Relator: Ministro Oscar Corrêa. Julgamento em 1 de julho de 1983. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.107, p.571, 1984.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 2456. Relator: Ministro Decio Miranda. Julgamento em 2 de março de 1983. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.105, p.490, 1983.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 1556. Relator: Ministro Ribeiro da Costa. Julgamento em 19 de novembro de 1958. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.10, p.409, 1959.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 2178. Relator: Ministro Antonio Neder. Julgamento em 30 de junho de 1979. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.91, p.48, 1980.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 2912. Relator: Ministro Neri da Silveira. Julgamento em 2 de fevereiro de 1983. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.109, p.30, 1984.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 3236. Relator: Ministro Alfredo Buzaid. Julgamento em 10 de maio de 1984. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.111, p.157, 1985.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 3707. Relator: Ministro Néri da Silveira. Julgamento em 21 de setembro de 1988. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.137, p.132, 1991.

Supremo Tribunal Federal. Sentença Estrangeira nº 2597. Relator: Ministro Soares Muñoz. Julgamento em 22 de abril de 1982. Revista Trimestral de Jurisprudência, v.103, p.530, 1983.

Apelação Cível nº 7872 – Supremo Tribunal Federal – julgamento em 11.10.43.

Julgados do STJ, SEC 507, DJ 13.11.2006 p. 204; SEC 760, DJ. 28.08.2006 p. 199, Documentos Eletrônicos online via World Wide Web: <[URL:http://www.stj.org.br](http://www.stj.org.br)>, acesso em 14.2.2006.

JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA

Áustria

DO Zdravilišče Radenska vs Kajo – Erzeugnisse, Essenzen GmbH. Corte Suprema da Áustria, julgado em 20 de outubro de 1993. Yearbook of Commercial Arbitration, XXIVa, 1999, p. 919-927. Revue de L'Arbitrage, 1998, nº 2, p. 419 – 420.

Société Norsolor vs Société Pablak Ticaret Limited Sirketi, decisões do Tribunal do Comércio de Viena em 29.06.1981, da Corte de Apelação de Viena em 29 de

junho de 1982 e da Corte Suprema da Áustria, em 18 de novembro de 1982, Revue de L'Arbitrage, 1983, p. 513 a 523.

Bélgica

Société Nationale pour la Recherche, le Transport et la Commercialisation des Hydrocarbures (Sonatrach) (Algeria) vs Ford, Bacon and Davis Inc. (US). Tribunal de Primeira Instância de Bruxelas, julgamento em 6 de dezembro de 1998, in Yearbook of Commercial Arbitration, XV, 1990, p. 370-377.

Egito

Ministère de la Défense vs Chromalloy Aero Services Company, Corte de Apelação do Caire, 5 de dezembro de 1995. Revue de L'Arbitrage, 1998, nº 4, p. 723-727 (tradução livre para o francês). Extrato da decisão também foi publicado no Yearbook Commercial Arbitration, vol. XXIVa (1999), p. 265-268.

Estados Unidos

Chromalloy Aeroservices, a Division of Chromalloy Gas Turbine Corporation vs The Arab Republic of Egypt, United States District Court for the District of Columbia, civil. n 94-2339, 939 F. Supp. 907; 1996 U.S. Dist. Lexis 13736, julgado em 31 de julho de 1996.

Relatório do caso em : Mealey's International Arbitration Report, vol. 11, nº 8, Agosto de 1996, p. 4 e 5. Decisão em francês: Revue de L'Arbitrage, 1997, n, 3, p. 439 a 449.

Baker Marine (Nig.) Ltda vs Chevron (Nig.) Ltd. e Chevron Corp., Inc. Caso nº 97-9615, 97-9617, julgado pela Corte de Apelação do Segundo Circuito, em 12 de Agosto de 1999: 191 F. 3d 194; 1999 U.S. App. LEXIS 18776; 2000 AMC 509. Yearbook Commercial Arbitration, vol. XXIV (1999), p. 909-914 (extrato).

Termorio S.A. E.S.P. and LeaseCo Group, LLC vs Electranta S.P. et Al., Appeal from the United States District Court of the District of Columbia, nº 03cv02587, nº 06-7058, julgado em 25 de maio 2007.

International Bechtel Company Limited vs Department of Civil Aviation of the Government of Dubai. United States District Court for the District of Columbia. 300 F. Supp. 2d 112; 2004 U.S. Dist LEXIS 1509.

International Bechtel Company Limited vs Department of Civil Aviation of the Government of Dubai. United States District Court for the District of Columbia. 360 F. Supp. 2d 136; No. CIV. A.03-0277, 08 de março de 2005.

França

General National Maritime Transport vs Gotaverken Arendal A.B, Corte de Apelação de Paris, 1ª. Câmara Civil, julgado em 21.02.1980, in Revue Critique de Droit International Privé, 1980, nº 3, tomo 69, p. 763 a 775, com notas de E. Mezger.

Société Norsolor vs , Société Pablak Ticaret Limited Sirketi, com as quatro primeiras decisões do Tribunal de Grande Instância de Paris, de 04.03.1981, da 1a. Câmara Civil da Corte de Apelação de Paris, em 15.12.1981 e 19.11.1982, e do Tribunal de Grande Instância de Paris em 20 de junho de 1983, Revue de L'Arbitrage, 1983, p. 466 a 477.

Société Pablak Ticaret Limited Sirketi vs Société Anonyme Norsolor, Corte de Cassação, 1a. Câmara Civil, julgamento em 9.10.1984: JDI – Journal du Droit International, 1985, v. 3, p. 679 a 683, com notas de Philippe KAHN; Revue de L'Arbitrage, 1985, p. 431 a 438, com notas de B.Goldman; Yearbook Commercial Arbitration, vol. XIX, 1994, p. 662-663 (extrato).

Société Européenne d'Etudes et d'Entreprises (S.E.E.E.) vs République de Yougoslavie. Corte de Apelação de Rouen, 1 e 2 Câmaras reunidas, julgado em 13.11.1984. Revue de L'Arbitrage, 1985, p. 115 a 140, com notas de Jean-Louis DEVOLVE.

Société Polish Ocean Line vs Société Jolasry, Corte de Cassação, 1a. Câmara Civil, julgamento em, 10 de março de 1993, in JDI – Journal du Droit International, 1993, v. 1, p. 360 a 367, com notas de Philippe KAHN.

République Arabe d'Egypte vs Société Chromalloy Aero Services, Cour d'appel de Paris (1reCh.C), 14 de janeiro de 1997, nº 95/23029, in Revue de L'Arbitrage, 1997, nº 3, p. 395-398. Relatórios: Mealey's International Arbitration Report, vol. 12, nº 4, Julho de 1997, p. 5 e 6 e Yearbook Commercial Arbitration XXII, 1997, p. 691-692.

Hilmarton Ltd. vs Societe Omnium de Traitement et de Valorisation (O.T.V.), Cour d'Appel, Paris, decisão de 19 de dezembro de 1991. Yearbook Commercial Arbitration, vol. XIX, p. 655-657 (extrato). Revue de L'Arbitrage, 1993, nº 2, p. 300-301 (extrato).

Société Hilmarton Ltd. vs. Société Ominium de Traitement et de Valorisation – OTV, nº R.G. 7985.92, Tribunal de Grande Instância de Nanterre, julgado em 22 de setembro de 1993. Mealey's International Arbitration Report, vol. 9, nº 1, 1/94, p. B-1 a B-4. Yearbook Commercial Arbitration, vol. XX (1995), p. 194-197 (extrato em ingles).

Société Hilmarton Ltd. vs Société Omnium de Traitement et de Valorisation (O.T.V.), Cour de Cassation, decisão 484 P, publicada em 23 de março de 1994, in Mealey's International Arbitration Report, vol. 9, nº 1, maio de 1994, p. E-1 a E-5. Relatório no Yearbook Commercial Arbitration, vol. XX (1995), p. 663-665.

Société OTV vs Société Hilmarton. Tribunal de Apelação de Versailles, julgamento em 29 de junho de 1995, decisões nº 315 316. Revue de L'Arbitrage, 1995, nº 4, p. 630. Yearbook Commercial Arbitration, vol. XXI (1996), p. 524-531 (extratos em inglês).

Direction Générale de l'Aviation Civile de l'Emirat de Dubai vs Société International Bechtel, julgado em 20 de setembro de 2005 pela 1a. Câmara Cível da Corte de Apelação de Paris. Revue de L'Arbitrage, 2006, n, 3, p. 695 a 700.

Société PT Putrabali Adyamulia vs SA Rena Holding et autre, julgamento em 31 de março de 2005, pela Corte de Apelação de Paris. Revue de L'Arbitrage, 2006, p. 665 a 666.

Société PT Putrabali Adyamulia vs SA Rena Holding et autre, julgamento em 29 de junho de 2007(*arrêt* n° 1021 FP-P+B+I, *pourvoi* B 05-18.053), pela Corte de Cassação francesa. Revue de L'Arbitrage, 2007, n° 3, 506 a 517.

Société PT Putrabali Adyamulia vs SA Rena Holding et autre, julgamento em 29 de junho de 2007(*arrêt* n° 1022 FP-P+B+I, *pourvoi* Y 06-13.293), pela Corte de Cassação francesa (ainda não publicado).

Inglaterra

Société Omnium de Traitement et de Valorisation S.A. vs Société Hilmarton. Alta Corte de Justiça, Divisão Queen's Bench, julgamento em 24 de maio de 1999. Mealey's International Arbitration Report, vol. 14, n° 6, 1999, p. A-1 a A-5. Yearbook Commercial Arbitration, vol. XXIVa (1999), p. 777 a 785. Revue de L'Arbitrage, n° 4, p. 867-892.

Suíça

Société Européennes d'Études et d'Entreprises S.A – SEEE vs République Populaire Fédérative de Yougoslavie. Decisão do Tribunal Federal Suíço de 18 de setembro de 1957, Câmara de Direito Público, Revue Critique de Droit International Privé, 1958, n° 2, p. 358 – 375, notas de Jean-François AUBERT.

Soc. Denysiana vs. Soc. Jassica. Tribunal Fédéral Suisse, 1ª. Corte Cível. Revue Critique de Droit International Privé, 1985, n° 3, p. 551 – 553 e p. 556 -559, notas de Bernard DUTOIT.

Société Hilmarton vs Société OTV. Corte de Justiça do Cantão de Genebra, julgamento em 17 de novembro de 1989. *Revue de L'Arbitrage*, 1993, nº 2, p. 342 (em francês). *Yearbook Commercial Arbitration*, vol. XIX (1994), p. 214-222 (extratos da versão para o inglês).

Société OTV vs Société Hilmarton. Tribunal Federal Suíço, julgamento em 17 de abril de 1990. *Revue de L'Arbitrage*, 1993, nº 2, p. 342. *Yearbook Commercial Arbitration*, vol. XIX (1994), p. 214-222 (extratos de versão inglesa).

LAUDOS ARBITRAIS

Société Européennes d'Études et d'Entreprises – SEEE vs République Populaire Fédérative de Yougoslavie. Laudo proferido em 2 de julho de 1956. *Journal du Droit International*, 1959, p. 1074 – 1080 (versão em francês e em inglês).

Hilmarton Ltd. vs Omnium de Traitment et de Valorisation. Arbitragem CCI 5622, *Revue de L'Arbitrage*, 1993, nº 2, p. 327-342 (extratos da versão original). *Yearbook Commercial Arbitration*, vol. XIX (1994), p. 105-123 (tradução parcial do laudo para o inglês).

LEGISLAÇÃO NACIONAL ESTRANGEIRA E LEI MODELO DA UNCITRAL

Código de Arbitragem da Tunísia. Lei 93-42 de 26 abril 1993. Documento Eletrônico online via World Wide Web: <URL: <http://www.kluwerarbitration.com/arbitration/DocumentFrameSet.aspx?ipn=12515>>, acesso em 12.12.2007.

Código Judiciário Belga – sexta parte, adotado em 1972 e com a emenda de 27 de março de 1985. *International Handbook on Commercial Arbitration*, suplemento 5, maio de 1986 (versão inglesa).

Emenda ao Código Judiciário belga de 1998. Revue de L'Arbitrage, 1999, nº 3, p. 693-708.

Trabalhos legislativos na Bélgica relativamente à 1985 e 1998. Documento Eletrônicos online via World Wide Web: <URL: http://www.senate.be/www/?MIval=/index_senate&MENUID=12410&LANG=fr>, acesso em 01.08.2007.

Lei espanhola. Documentos Eletrônicos online via World Wide Web<URL:<http://www.kluwerarbitration.com/arbitration/DocumentFrameSet.aspx?ipn=80314>>, acesso em 15.07.2007.

Lei Federal Suíça de Direito Internacional Privado. Documento Eletrônico online via World Wide Web: <<http://www.kluwerarbitration.com/arbitration/DocumentFrameSet.aspx?ipn=24039>>, acesso em 15.06.2007.

Lei Inglesa. Arbitration Act de 1996. Documentos Eletrônicos online via World Wide Web<URL:<http://www.kluwerarbitration.com/arbitration/DocumentFrameSet.aspx?ipn=12044>>, acesso 15.07.2007.

Lei Modelo da Uncitral (trabalhos preparatórios). Documentos Eletrônicos online via World Wide Web: URL:<http://www.uncitral.org>, acesso 05.03.2006.

Lei Modelo da Uncitral (notas explicativas). Documentos Eletrônicos online via World Wide Web: <URL: http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/arbitration/ml-arb/06-54671_Ebook.pdf>, acesso 10.07.2007.

Lei Modelo (trabalhos posteriores). Documentos Eletrônicos online via World Wide Web <http://www.uncitral.org/uncitral/en/commission/sessions/32nd.html>, acesso em 10.06.2007.

Lei Modelo (países que a adotaram). Documentos Eletrônicos online via World Wide Web <URL: http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/1985Model_arbitration_status.html>, acesso em 25.06.2007.

Lei Sueca de Arbitragem. Documento Eletrônico online via World Wide Web: <http://www.kluwerarbitration.com/arbitration/DocumentFrameSet.aspx?ipn=20900>, acesso em 15.06.2007.

RELATÓRIOS CCI

L'Exécution des Sentences Arbitrales Internationales. Rapport et Avant-Projet de Convention (adoptés par le Comité de L'Arbitrage Commercial à sa session du 13 mars 1953). Brochura 174 da CCI. Faculté de Droit de Paris, Cujas 130421.

Rapport statistique 2000. Bulletin de la Cour Internationale de la CCI, vol 12, n° 1, 1o semestre de 2001.

2006 Statistical Report. ICC International Court of Arbitration Bulletin, vol. 18, n° 1, 2007, p. 7 e seguintes.

Enforcement of International Arbitral Awards. Report and Preliminary Draft Convention adopted by the Committee on International Commercial Arbitration at its meeting of 13 March 1953. The ICC INTERNATIONAL COURT OF ARBITRATION BULLETIN, Vol. 9, n° 1, maio de 1998.

PESQUISA E DIVERSOS

International Arbitration: Corporate attitudes and practices. 2006; Queen Mary University of London and Price Waterhouse Coopers, coord. LAGERBERG, Gerry; MISTELIS.

Regras AAA vinculadas à *internet*. Documento Eletrônico online via World Wide Web: <URL: <http://www.adr.org>>, acesso em 01.08.2007.